

# A FÉ NICENA NA TEOLOGIA LUTERANA CONFESSIONAL: A EXPOSIÇÃO DO CREDO NO CATECISMO MAIOR DE LUTERO

## THE NICENE FAITH IN CONFESSITIONAL LUTHERAN THEOLOGY: THE EXPOSITION OF THE CREED IN LUTHER'S LARGE CATECHISM

Clovis Jair Prunzel<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo analisa a exposição do Credo no Catecismo Maior de Martinho Lutero, considerando seu enraizamento nos credos da igreja antiga (Apostólico, Niceno e Atanasiano) e sua função no *Livro de Concórdia* como *norma normata* da fé cristã. A questão central é como Lutero, a partir dos credos, preserva a confissão trinitária e a centralidade bíblica, articulando Deus em termos imanentes/ontológicos e econômicos, sempre vinculados à salvação em Cristo. A pesquisa, de caráter histórico e confessional, utiliza análise documental das Confissões Luteranas e dos pais da igreja, identificando continuidades e rupturas com a teologia medieval. A metodologia envolve exegese de trechos do Catecismo Maior, comparados com formulações dos credos e interpretações confessionais posteriores. Os resultados mostram que Lutero estrutura o Credo como resposta pastoral e confessional ao Primeiro Mandamento, destacando que criação, redenção e santificação são obras interdependentes das três Pessoas da Trindade, realizadas em favor do pecador e testemunhadas pela confissão de fé nas pessoas e obras do Deus Triúno.

**Palavras-chave:** Deus. Trindade. Catecismo Maior. Lutero.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Teologia, Seminário Concórdia, São Leopoldo (1991). Mestre em Teologia, Seminário Concordia (1997). Doutor em Teologia Sistemática, Concordia Theological Seminary, Fort Wayne, EUA (2014).

**Abstract:** The article analyzes the exposition of the Creed in Martin Luther's Large Catechism, considering its roots in the Creeds of the Early Church (Apostolic, Nicene, and Athanasian) and its function in the Book of Concord as a normative standard of Christian faith. The central question is how Luther, based on the Creeds, preserves the Trinitarian confession and the biblical centrality in doctrine, articulating God in immanent/ontological and economic terms, always linked to salvation in Christ. The research, which is historical and confessional in nature, uses documentary analysis of the Lutheran Confessions and the Church Fathers, identifying continuities and ruptures with medieval theology. The methodology involves exegesis of excerpts from the Large Catechism, compared with formulations of the Creeds and later confessional interpretations. The results show that Luther structures the Creed as a pastoral and confessional response to the First Commandment, emphasizing that creation, redemption, and sanctification are interdependent works of the three Persons of the Trinity, performed on behalf of sinners and witnessed by the confession of faith in the persons and works of the Triune God.

**Keywords:** God. Trinity. Large Catechism. Luther.

## INTRODUÇÃO

Os credos ocupam posição de destaque no início do *Livro de Concórdia*, funcionando como um padrão teológico. Designados pelos pais da igreja como *regula et canon fidei*, os credos resumiam, em poucas palavras, a confissão dos apóstolos (PREUS, 1999, p. 94). Os autores do *Livro de Concórdia* tinham plena consciência desse papel. Embora evitassem usar o termo *corpus doctrinae* – um “corpo doutrinário” – como sinônimo do que os credos representavam para a igreja antiga, na prática transformaram o próprio texto do *Livro de Concórdia* em um guia para o ensino público, servindo como regra de fé nos moldes da igreja primitiva (Arand, Nestingen e Kolb, 2012, p. 273-274).<sup>2</sup>

---

2 “Talvez estejamos mais próximos de nossa identidade confessional quando nos esforçamos para transferir ao nosso contexto o registro bíblico de maneira apropriada, compreensível, convincente e demonstrável” para o contexto que vivemos.

Tanto na igreja antiga quanto entre os luteranos confessionais, a grande contribuição teológica consistiu em formular respostas às questões de seu tempo com profundidade exegética e fidelidade à Sagrada Escritura. Para manter esse padrão – a fonte bíblica confessada em sínteses por meio dos credos e articulada no *Livro de Concórdia* – foi necessário estabelecer a distinção entre a norma das normas (*norma normans*), que é a Escritura, e a *norma normata*, isto é, a norma que interpreta e confessa a Escritura (Arand, Nestingen e Kolb, 2012, p. 2). Essa *norma normata* não julga as Escrituras, mas é julgada por elas.

Assim, a fé cristã sempre foi articulada como revelação da própria Trindade, confessada à luz das Escrituras Sagradas, pois a igreja de Cristo sabe que somente pela Escritura podemos conhecer corretamente quem é Deus, o que ele é e como ele age em nosso favor.

Neste trabalho, tomando como referência os credos da igreja antiga, analisaremos como a confissão de fé no Catecismo Maior (CM)<sup>3</sup> de Martinho Lutero – um dos textos do *Livro de Concórdia* – se apoia no legado dos credos para manter o padrão das Escrituras na exposição sobre Deus e a Trindade. Nosso objetivo é conectar a confissão de fé presente no *Livro de Concórdia* àquela mesma confissão dos credos, preservando os contornos revelados nas Escrituras, para que a Palavra determine e valide nosso discurso sobre Deus. Sem abandonar a abordagem histórica, procuraremos demonstrar como os teólogos do *Livro de Concórdia* recuperam a forma bíblica de tratar de Deus e de sua Trindade. O Catecismo Maior de Lutero será a principal fonte deste exercício.

## OS CREDOS NO LIVRO DE CONCÓRDIA

Os credos integram o *Livro de Concórdia* por articularem o conteúdo bíblico em contextos históricos específicos. Eles representam

<sup>3</sup> Usaremos o texto do Catecismo Maior conforme a edição de 2021 do *Livro de Concórdia*. Priorizaremos os parágrafos visto retirarmos as citações da edição eletrônica. Ao escolhermos o texto do Catecismo Maior, destacamos com Gregersen que estamos diante de “uma articulação particularmente bela da tríplice doação divina, do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ao mundo da criação”. GREGERSEN, Niels Henrik. Grace in Nature and History: Luther’s Doctrine of Creation Revisited. *Dialog: A Journal of Theology*, v. 44, n. 1, Spring 2005.

a transição entre os tempos bíblicos e o desenvolvimento histórico da igreja, preservando a confissão apostólica diante de novos desafios.

O Credo Apostólico, de forma simples e direta, reflete a narrativa bíblica, sendo uma síntese clara da fé cristã após o período do Novo Testamento. O Credo Niceno mantém esse princípio, mas expande a linguagem econômica<sup>4</sup> para incluir uma abordagem imanente e ontológica, a fim de confessar a Trindade e destacar a pessoa e a obra de Jesus Cristo por meio do termo *homoousios*, que afirma sua consubstancialidade com o Pai. Já o Credo Atanasiano combina as duas ênfases – econômica e ontológica – com a formulação teológica característica da igreja ocidental, detalhando tanto a unidade quanto a distinção das pessoas divinas.

O interesse central da igreja, por meio dos seus credos, é afirmar a unidade entre as três pessoas da Trindade. Para manter essa unidade,

---

4 A identidade de Deus Todo-Poderoso levou a igreja cristã a empregar termos que traduzissem a linguagem bíblica para contextos históricos específicos. Preocupada em preservar os principais testemunhos das Escrituras sobre o ser absoluto de Deus, a igreja sempre enfatizou que ele deve ser descrito de forma distinta em relação à sua criação. Nesse sentido, a transcendência divina é caracterizada pela majestade e soberania de Deus, implicando não apenas o seu poder absoluto, mas também o seu governo soberano sobre todas as coisas. Na tradição luterana, essa transcendência é descrita distinguindo-se o Deus oculto (*Deus absconditus*) do Deus revelado (*Deus revelatus*). Para evitar especulações sobre o Deus oculto, os credos e o *Livro de Concórdia* afirmam que a transcendência de Deus é inseparável de sua identidade como Pai, Criador e Senhor. Essa linguagem é fundamental para descrever Deus em sua unicidade, imutabilidade e soberania, contrapondo-se às heresias gnósticas ou subordinacionistas que surgiram ao longo da história da igreja. No Credo Apostólico, vemos um claro reflexo da linguagem bíblica por meio de uma descrição econômica da Trindade, isto é, centrada na forma como Deus age na história para realizar a salvação. Essa abordagem destaca o papel e a atividade do Pai, do Filho e do Espírito Santo no mundo através das obras de criação, redenção e santificação. Entretanto, diante de heresias como o arianismo, especialmente no contexto do Credo Niceno, a igreja cristã precisou ampliar essa articulação: de uma ênfase estritamente econômica, passou-se a incluir também uma linguagem imanente/ontológica sobre Deus e a Trindade. Essa forma de falar refere-se à natureza intrínseca das três pessoas divinas em si mesmas, descrevendo a realidade eterna e imutável da essência divina. Assim, as três pessoas são igualmente Deus em sua essência e coeternas, sem que o Filho ou o Espírito Santo sejam subordinados ou inferiores ao Pai. A chamada Trindade imanente ou ontológica concentra-se, portanto, na vida interior de Deus e no modo como o Pai, o Filho e o Espírito Santo se relacionam entre si, independentemente de qualquer referência à criação. Nessa linguagem, a igreja confessa o Pai como “não gerado”, o Filho como “gerado” e o Espírito Santo como “procedente” do Pai e do Filho. Importa ressaltar que todos esses termos permanecem subordinados às Escrituras Sagradas, evitando qualquer formulação baseada na perspectiva filosófica da *analogia entis* e preservando a *analogia fidei* (Arand, Nestingen e Kolb, 2012, p. 41-58, Samuel H. et al. (Orgs.). *Confessing the Gospel: A Lutheran Approach to Systematic Theology*, v. 1 e 2. Saint Louis, MO: Concordia Publishing House, 2017, p. 72-74).

a palavra “Deus” é frequentemente usada como sinônimo de “Pai”, e a ação trinitária em favor da humanidade é confessada no movimento *a Patre ad Patrem* – isto é, iniciando no Pai, revelando-se no Filho e sendo concretizada pela ação do Espírito Santo – como ensina Gregório de Nazianzo (ARAND, 2003, p. 203-214).

A expressão *a Patre ad Patrem* estabelece um duplo movimento que encontramos de forma clara na exposição de Lutero no Catecismo Maior. O primeiro movimento (*a Patre*) segue o padrão da ação de Deus indo em direção à sua criação – do Pai, por meio do Filho, no Espírito Santo. O segundo movimento (*ad Patrem*) é a resposta de fé a essa ação, que inverte a ordem: começamos pelo Espírito Santo, passamos pelo Filho e chegamos ao Pai.

O testemunho dos credos nos ajuda a perceber que, em ambos os movimentos, somos conduzidos ao Pai. É o que Lutero afirma em sua exposição do Credo:

[...] jamais poderíamos chegar a conhecer o favor e a graça do Pai, a não ser por meio de Cristo Senhor, que é espelho do coração paterno. Sem ele, nada vemos senão um juiz encolerizado e terrível. Mas também de Cristo nada poderíamos saber se não tivesse sido revelado pelo Espírito Santo (CM II.65).

O Credo Apostólico descreve Deus realizando sua obra em relação à criação – *opera ad extra*. Ele identifica claramente o Pai como Criador, o Filho como aquele que se encarna, morre e ressuscita, e o Espírito Santo como aquele que age na igreja concedendo perdão dos pecados, ressuscitando o corpo e dando a vida eterna.

No Catecismo Maior, Lutero vê o Credo Apostólico como o meio mais simples e direto de ensinar o essencial da fé cristã. Sua linguagem é simples, concisa e fiel às Escrituras, funcionando como um verdadeiro sumário bíblico. Quem conhece a Escritura reconhecerá nele um reflexo condensado de sua mensagem.

A escolha de Lutero por este Credo revela seu propósito pastoral: oferecer uma confissão de fé acessível para uso cotidiano, especialmente no ensino. Ao mesmo tempo, o texto do Catecismo Maior não só serve de auxílio ao pastor no seu trabalho diário, mas também se torna um

paradigma para os demais documentos do *Livro de Concórdia* – influenciando diretamente a Confissão de Augsburgo e, de maneira substancial, a Fórmula de Concórdia.

Nesta perspectiva intra-confessional, vemos a principal razão para que o Catecismo Maior fosse incluído no *Livro de Concórdia*: ele une a herança dos credos da igreja antiga com a clareza pastoral da Reforma, preservando a estrutura bíblica da confissão cristã (Arand, Nestingen e Kolb, 2012, p. 24-25).

O Credo Niceno<sup>5</sup> – o único credo aceito tanto pelas igrejas Oriental quanto Ocidental<sup>6</sup> – foi forjado no contexto das discussões trinitárias da igreja antiga e precisou dar um passo além do Credo Apostólico para tratar de Deus, destacando sua ação *intratrinitária* (*opera ad intra*).

Embora mantenha referências à obra divina (*opera ad extra*), seu foco recai sobre a natureza divina comum das três pessoas da Trindade. Essa abordagem exige uma linguagem imanente/ontológica para afirmar a plena divindade do Filho e do Espírito Santo. Assim, a geração eterna do Filho pelo Pai é expressa pelo termo *homoousios* (“da mesma substância”), e a procedência do Espírito Santo é descrita com a cláusula *filioque*<sup>7</sup> (“que procede do Pai e do Filho”). Dessa forma, Niceia pavimenta o caminho para um tratamento mais ontológico da Trindade, concentrando a confissão na essência divina compartilhada pelas três pessoas, sem perder de vista sua atuação histórica.

---

5 “O Credo incluído no Livro de Concórdia é, propriamente, o Credo de Constantinopla e não o Credo de Nicéia. O Credo de Constantinopla não é apenas uma versão modificada do Credo de Nicéia. São dois textos diferentes. As origens e a composição do segundo texto não são totalmente claras. Parece que os bispos do Concílio de Constantinopla não escreveram um novo credo do zero durante o próprio Concílio, mas usaram um credo batismal já existente que foi usado em Jerusalém ou Antioquia nos arredores dos anos 370. Kelly sugere que o estilo do Credo, ‘seu equilíbrio gracioso e fluxo suave, transmite a impressão de uma peça litúrgica que emergiu naturalmente na vida e no culto da comunidade cristã, e não de um artefato conciliar’. Para este Credo participar do Concílio fez-se algumas alterações para atender às suas necessidades particulares” (Arand, Nestingen e Kolb, 2012, p.33).

6 “O Credo Niceno como o conhecemos foi admitido como autoritário no Oriente e no Ocidente a partir de 451 em diante” (Arand, Nestingen e Kolb, 2012, p.33).

7 A cláusula *filioque* é uma das razões para a divisão entre a igrejas Ocidental e Oriental. Mesmo não estando presente no Credo Niceno, a teologia do Credo Niceno reflete que o Espírito Santo procede do Pai e do Filho. Já em relação à inclusão do termo no Credo, “a data exata em que a igreja ocidental realmente autorizou sua inclusão permanece nublada” (Arand, Nestingen e Kolb, 2012, p.35).

Na leitura que Lutero faz do Credo Niceno no Catecismo Maior, percebe-se esse equilíbrio: ele reconhece o valor da formulação imanente/ontológica, mas mantém o aspecto econômico – a atuação de Deus em favor da salvação – que é central para seu interesse pastoral.

O Credo Atanasiano, próprio da igreja Ocidental, reforça o testemunho bíblico a partir da síntese agostiniana, refletindo uma perspectiva marcadamente imanente/ontológica da Trindade e preservando a unidade divina.<sup>8</sup> A terminologia precisa – *pessoa, substância, Senhor* – garante clareza teológica e segurança doutrinária. A fórmula “O Pai é o Senhor, o Filho é o Senhor, o Espírito Santo é o Senhor; e, no entanto, não há três Senhores, mas um só Senhor” expressa bem essa intenção.<sup>9</sup>

O Credo Atanasiano, tal como registrado no *Livro de Concórdia* (2021, p. 35), afirma que a fé católica consiste em “venerar um só Deus na Trindade e a Trindade na unidade, sem confundir as pessoas e sem dividir a substância”. Nesse sentido, ele cumpre para os credos da igreja antiga um papel semelhante ao que a Fórmula de Concórdia desempenha para a Confissão de Augsburgo: fornece um resumo autoritativo das discussões teológicas precedentes e abre caminho para a continuidade da

---

8 “Metodologicamente, a Trindade imanente aborda a discussão de Deus a partir de uma direção diferente do que a abordagem econômica para a Trindade. Ela tem várias características que podem ser vistas especialmente no pensamento dos teólogos ocidentais, como Agostinho, Anselmo e Tomás de Aquino. Em primeiro lugar, para Agostinho, Deus e Pai não são sinônimos. O título ‘Deus’ refere-se principalmente à Divindade, a essência divina que é compartilhada igualmente pelas três pessoas. Em segundo lugar, como corolário do primeiro ponto, a essência divina, e não a pessoa do Pai, torna-se o princípio ontológico mais elevado e o *locus* da unidade para as três pessoas. Assim, a discussão não começa com as três pessoas e, então, prossegue para sua unidade. Em vez disso, a discussão começa com a unidade de Deus e pergunta: ‘como eles são três?’ Em terceiro lugar, isso permite que os teólogos considerem o tema de Deus de uma maneira um pouco independente da revelação particular do Pai, do Filho e do Espírito” (Nafzger, 2017, p. 74).

9 Há uma boa razão para esta atitude resgatada em Lutero como forma de evitar o pêndulo que se tem atualmente de se desvalorizar a abordagem econômica em detrimento da linguagem imanente, que levou Rahner a concluir que “A Trindade ‘econômica’ é a Trindade ‘imanente’ e a Trindade ‘imanente’ é a Trindade ‘econômica’” (RAHNER, Karl. *The Trinity*. Trad. Joseph Donceel. New York: Crossroad, 1997, p. 22). Rahner é um jesuíta e utiliza pressupostos da filosofia para esta declaração. Em termos simples, o Deus que quer se revelar na história da salvação (Trindade econômica) é o mesmo Deus que existe eternamente em si mesmo (Trindade imanente). Só que Rahner não será tão claro nesta abordagem como é o caso dos textos luteranos confessionais, com a perspectiva de que o mistério da Trindade pode ser reduzido à economia da salvação, colapsando a natureza e a revelação de Deus. Rahner está mais próximo de Tomás de Aquino do que de Lutero.

mesma confissão de fé em novos contextos históricos (arand, Nestingen e Kolb, 2012, p. 37).

Além das razões históricas e teológicas, é possível aproximar ainda mais os textos dos credos do objetivo deste estudo. Quando nos perguntamos por que eles foram colocados no início do *Livro de Concórdia*, a resposta adequada é que eles servem como princípio metodológico: um retorno ao testemunho bíblico, indo além da tradição agostiniana-tomista na interpretação do Credo. Assim, os credos sustentam todo o *Livro de Concórdia* ao recuperar a forma como a Escritura descreve as pessoas da Trindade tanto em termos imanentes/ontológicos quanto econômicos.

Os credos da igreja antiga são também exemplos marcantes de inculturação da fé cristã: sob a condução do Espírito Santo, a igreja traduziu a mensagem bíblica em categorias teológicas, litúrgicas e pastorais adequadas ao seu tempo, sem perder a fidelidade ao conteúdo revelado. Eles permanecem relevantes como fundamentos doutrinários e instrumentos de unidade entre os cristãos confessionais – inclusive na tradição luterana.

O *Livro de Concórdia* segue um movimento semelhante: do texto mais simples ao mais complexo. Isso é visível tanto na sequência dos credos (Apostólico, Niceno, Atanasiano) quanto na estrutura interna da coletânea, que parte dos catecismos de Lutero, base para a Confissão de Augsburgo, e avança até a Fórmula de Concórdia.

Como veremos na exposição de Lutero no Catecismo Maior, ele e os demais autores do *Livro de Concórdia* não apenas recuperam Deus na pessoa de Jesus Cristo, mas, ao encontrar o Salvador, reconhecem o Pai que não abandonou sua criação e que, junto com o Filho, envia o Espírito Santo (Arand, Nestingen e Kolb, 2012, p. 41-59). Assim como os credos foram respostas confessionais a filosofias e heresias que ameaçavam a fé cristã, preservando a integridade do evangelho, essa mesma herança é mantida pela teologia luterana confessional como fundamento bíblico, litúrgico e pastoral.

Trata-se da igreja do século 16 articulando sua fé em resposta ao seu próprio contexto – e nos desafiando a fazer o mesmo no século 21.<sup>10</sup>

---

10 As Confissões Luteranas não utilizam a linguagem sobre Deus e a Trindade que encontramos em outras fontes, mas a apropriação dos termos ocorre. Por isso, “as Confissões da Reforma se baseiam na linguagem ontológica da Trindade enquanto recuperando a linguagem econômica, a

Nesse sentido, o *Livro de Concórdia* nos conduz de volta à fonte de toda reflexão teológica: o texto bíblico.

No Catecismo Maior, Lutero descreve as três pessoas da Trindade tanto em termos imanentes/ontológicos quanto em termos econômicos, mostrando como a essência eterna de Deus se envolve ativamente com a sua criação. O centro dessa revelação é o coração paternal de Deus, de onde brota sua boa vontade e amor inexprimível:

Porque aqui, em todos os três artigos, ele mesmo revelou e abriu o mais profundo abismo de seu coração paterno e de seu amor totalmente inexprimível. Pois ele nos criou exatamente para nos remir e santificar, e, além de nos dar e conceder tudo que há no céu e na terra, ainda nos deu o seu Filho e o Espírito Santo, a fim de, por meio deles, levar-nos para junto de si. Pois, conforme explicado acima, jamais poderíamos chegar a conhecer o favor e a graça do Pai, a não ser por meio de Cristo Senhor, que é espelho do coração paterno. Sem ele, nada vemos senão um juiz encolerizado e terrível. Mas também de Cristo nada poderíamos saber se não tivesse sido revelado pelo Espírito Santo. Assim sendo, estes artigos do Credo distinguem e separam a nós, que somos cristãos, de todas as outras pessoas da terra. Pois todos os que estão fora da cristandade, sejam gentios, turcos, judeus ou falsos cristãos e hipócritas, embora creiam e adorem um único Deus verdadeiro, ignoram qual é o parecer ou julgamento de Deus em relação a eles. Não podem esperar dele qualquer amor e bem, razão por que permanecem debaixo de eterna ira e condenação. Pois não têm o Cristo Senhor e, além disso, não são iluminados nem agraciados com nenhum dom pelo Espírito Santo” (CM II.64-65).

Aqui encontramos uma confissão das três pessoas seguida de um resumo de sua unidade enraizada no ato salvador de Deus. O testemunho do Catecismo Maior deixa claro que as obras da Trindade não são eventos isolados ou díspares, mas ações interdependentes e mutuamente implicadas. Toda obra do Pai está relacionada à obra do Filho e do Espírito;

---

fim de confessar que a salvação não é apenas a obra do próprio Deus, mas é da natureza de Deus salvar. Colocado de outra forma, o coração de Deus é o Evangelho. Aqui podemos contribuir para a discussão atual. Ou seja, a confissão da Trindade não é dada como um modelo para as relações humanas dentro da sociedade ou da igreja. Ela é revelada para nos mostrar as profundezas do amor de Deus por nós em Cristo Jesus” (ARAND, Charles P. Confessing the Trinitarian Creed. *Concordia Theological Quarterly*, v. 67, n. 3/4, July/October 2003, p. 203, 204).

toda obra do Filho está ligada ao Pai e ao Espírito; e toda obra do Espírito está vinculada ao Pai e ao Filho.

Para Lutero, encontrar Cristo e o Espírito é encontrar o próprio Deus – e esse Deus é, em última análise, o Pai. No entanto, o mistério da Trindade permanece, revelando-se nas suas obras em amor pela humanidade pecadora.

Ao analisar o Catecismo Maior, percebemos um movimento narrativo no Credo que procede do Pai (*a Patre*): Deus nos cria com o propósito de nos redimir e santificar. Essa perspectiva econômica, já presente nos credos da igreja antiga, é retomada no *Livro de Concórdia* e ganha força especial na exposição de Lutero. Arand ilustra essa dinâmica de forma pastoral:

Em certo sentido, o Primeiro Artigo estabiliza o paciente e o coloca na sala de operações do Segundo e Terceiro Artigos, onde a doença é diagnosticada e destruída. O Segundo e o Terceiro Artigos assumem a introdução do pecado na criação de Deus e, portanto, focaliza-se a doação de Deus de seu Filho pelo mundo para nos resgatar da dominação do pecado. Finalmente, o Terceiro Artigo pressupõe a obra de Cristo, particularmente, sua morte e ressurreição. O Espírito Santo realiza o trabalho de implementar, administrar e levar a efeito o reinado de Cristo (Arand, 2003, p. 203-211).<sup>11</sup>

Assim, Lutero mantém a linguagem econômica dos credos, mas a enraíza profundamente na confissão trinitária, articulando criação, redenção e santificação como atos inseparáveis do Deus Uno e Triúno. Ao mesmo tempo que tudo procede do Pai (*a Patre*), a obra da Trindade volta-se para o Pai (*ad Patrem*). Como resume Arand:

Simplificando, todas as três pessoas, juntamente com suas obras, nos trazem de volta ao Pai. Três obras – criação, redenção e santificação – levam-nos ao coração paternal de Deus. Encontramos

---

11Arand completa: “Como o primeiro artigo molda a história com a criação como o reino da obra de Deus e fornece os elementos para a história que se segue; e como o segundo artigo reafirma a bondade da criação com a encarnação e a ressurreição de Cristo; assim, o terceiro artigo leva à consumação a obra de Cristo com a restauração e a renovação de todas as coisas. Além disso, essa escatologia complementa a teologia do primeiro artigo ao mostrar que a circunferência da obra de Cristo inclui não apenas a ‘alma’ humana que vai para o céu, mas toda a criação: nossos corpos e almas, toda a criação e as criaturas humanas” (Arand, 2013, p.206).

o gracioso coração paterno de Deus somente através do Filho, a quem somente o Espírito nos conduz. O Espírito nos conduz ao Pai através de Cristo que nos reconciliou com o Pai (Arand, 2003, p. 211; 2006, p. 15-16).

Essa estrutura mostra que a obra trinitária não é apenas uma sequência de ações distintas, mas uma única ação divina na qual cada pessoa atua em unidade, tanto ontologicamente (na essência e relação interna da Trindade) quanto economicamente (na execução da obra da salvação no tempo e na história).

Robert Kolb, ao comentar o Catecismo Maior, observa que Lutero busca “chegar ao fundo do que Deus fez, está fazendo e pode ser esperado que faça por nós” (KOLB, 1992). Assim, no discurso confessional, o que cada pessoa realiza mantém a unidade trinitária em nosso favor, e isso é fundamental para compreender a articulação do *Livro de Concórdia* e para nossa confissão de fé ainda hoje (Arand, Nestingen e Kolb, 2012, p. 45-46).

Por isso, o posicionamento dos credos no início do *Livro de Concórdia* não é acidental, mas metodológico (Arand, 2003, p. 212):

- O Credo Apostólico oferece o padrão simples e direto do testemunho bíblico, articulando a obra de Deus desde Gênesis até o Apocalipse em linguagem pastoral e acessível.
- O Credo Niceno preserva essa mesma base bíblica, mas responde às questões dos séculos 4º e 5º com linguagem imanente e ontológica, especialmente para afirmar a divindade do Filho e do Espírito Santo diante das heresias arianas.
- O Credo Atanasiano se afasta mais do padrão narrativo bíblico ao formular sua confissão trinitária, mas o faz para proteger a fé contra os erros triteístas e subordinacionistas, combinando elementos econômicos, imanentes e ontológicos de forma a assegurar a verdadeira fé católica.

Dessa forma, os credos serviram à teologia luterana confessional como ponte entre a igreja antiga e a Reforma:

- rompendo com o pensamento medieval, especialmente no uso da especulação filosófica e na separação entre o “Deus da teologia” e o “Deus do culto”;

- recuperando a Trindade bíblica, pastoral e litúrgica;
- centralizando a fé em Cristo e na salvação;
- reafirmando a ortodoxia trinitária como confissão viva que molda culto e vida.

Assim, a Reforma luterana manteve continuidade fiel com a verdadeira fé católica – aquela que distingue a natureza eterna de Deus da sua revelação em Cristo, conforme articulado nas Escrituras – e, ao mesmo tempo, libertou a teologia da camisa de força medieval, voltando-se ao padrão apostólico e patrístico de confessar o Deus Triúno (Arand, 1996, p.370-377).

## A EXPOSIÇÃO DO CREDO NO CATECISMO MAIOR DE LUTERO

### *O PRIMEIRO MANDAMENTO EM PRIMEIRO PLANO*

Ao contrário de outros reformadores do século 16, como Erasmo de Roterdã ou Inácio de Loyola, os teólogos de Wittenberg não buscavam criar novidades teológicas, mas recuperar aquilo que a igreja cristã sempre confessou. Para compreender adequadamente a exposição do Credo no Catecismo Maior de Lutero, é necessário seguir os passos do próprio reformador. Juntamente com Melanchthon, ambos resgataram o padrão bíblico como eixo da reflexão teológica.

Diferentemente do período medieval tardio, que tentava equilibrar o conhecimento natural e o revelado – frequentemente favorecendo uma abordagem mais imanente/ontológica de Deus –, em Wittenberg, a carta aos Romanos tornou-se o paradigma da produção teológica. É por isso que Lutero inicia o Catecismo Maior pelos Dez Mandamentos: seguindo o padrão paulino, ele reconhece que a articulação teológica começa com a lei de Deus, inscrita no coração humano na criação e reiterada no Sinai, e com o evangelho, revelado na pessoa e obra de Jesus Cristo e comunicado pela ação do Espírito Santo.

A distinção entre lei e evangelho tornou-se central, permitindo a Lutero discernir entre o Deus oculto ou estranho e o Deus revelado, que se dá a conhecer tanto por sua lei quanto pelo seu evangelho – como Paulo o apresenta em Romanos (Arand, Nestingen e Kolb, 2012, p. 85).

Logo no início da explicação do Primeiro Mandamento, Lutero oferece uma resposta à pergunta fundamental: *O que é Deus?* Essa resposta cria um verdadeiro encontro entre Deus e a criatura que dele depende:

Deus designa aquilo de que se deve esperar todo o bem e em que devemos nos refugiar em todos os apertos. Ter um Deus, portanto, não é outra coisa senão confiar e crer nele de coração. Como já afirmei repetidas vezes, apenas o confiar e o crer de coração faz ambos: Deus e ídolo. Se a fé e a confiança estão corretas, então também o seu Deus é o Deus verdadeiro. Por outro lado, onde a confiança é falsa e errônea, aí também não está o Deus verdadeiro. Esses dois, fé e Deus, sempre andam de mãos dadas. Aquilo, portanto, a que você prende e a que entrega o seu coração, isso, digo eu, é de fato o seu Deus (CM I.2-3).

Lutero logo se afasta de qualquer formulação medieval que iguale a revelação natural ao texto bíblico, como no caso de Tomás de Aquino. Para ele, é essencial distinguir entre o conhecimento de Deus revelado na criação e nos Dez Mandamentos – que é lei – e o conhecimento expresso no Credo dos Apóstolos – que é evangelho.<sup>12</sup> Os Mandamentos, segundo Lutero, estão enraizados na própria criação, já presentes em Gênesis antes de serem repetidos no Sinai (Arand, 2024, p. 230).

Enquanto a lei nos mostra a vontade de Deus para nós, o Credo revela “toda a essência de Deus, sua vontade e obra primorosamente retratadas em palavras muito curtas, mas ricas” (CM II.63-69). Avaliando a abordagem medieval, Lutero observa que “o mundo inteiro, ainda que

12 Refletindo o movimento de que tudo começa no Pai e a ele retorna, *a Patre ad Patrem*, importante observar que enquanto no Catecismo Menor a Tábua dos Deveres segue o padrão das epístolas de Paulo, aqui no Catecismo Maior a exposição dos Dez Mandamentos já reproduz os Dez Mandamentos que são usados pelo Espírito Santo para nos mostrar as dádivas de Deus dadas desde a criação como Lutero as articula. Os três usos da lei refletem isso bem. O primeiro quer refrear nossa desobediência, o segundo diagnostica a nossa condição de pecadores e o terceiro nos mostra as obras que Deus nos deu na criação e nas quais devemos andar (SILCOCK, Jeffrey G. Luther on the Holy Spirit and His Use of God's Word. In: *The Oxford Handbook of Martin Luther's Theology*. KOLB, Robert et al. (Orgs.). Oxford Handbooks. Oxford; New York: Oxford University Press, 2014, p. 301). No Prefácio Longo do Catecismo Maior, Lutero afirma que: “Uma coisa é certa: quem entende bem e por completo os Dez Mandamentos, esse entende a Escritura toda e pode aconselhar, ajudar, consolar, julgar e decidir em todas as coisas e em todos os casos, tanto no plano espiritual quanto no plano temporal. Esse pode ser juiz sobre doutrinas, ordens, espíritos, direito e tudo o mais que existe no mundo” (CM, Prefácio Longo, 17).

com toda a diligência tenha buscado saber o que Deus é e o que ele tem em mente e faz, jamais conseguiu alcançar qualquer dessas coisas” (CM II.63). Fora de Cristo, a revelação natural e a filosofia só nos deixam diante de um “Deus irado e terrível” (CM II.65).

A proposta de Lutero, portanto, se afasta radicalmente do esquema medieval. A essência e a vontade de Deus são conhecidas a partir do modo como ele cuida daquilo que criou. Por isso, é indispensável manter a confissão dos Três Artigos, que nos mostram como o Pai quer ser conhecido plenamente através do seu coração paternal revelado no Filho e comunicado pelo Espírito Santo. Assim, se o Primeiro Mandamento revela a nossa condição fundamental como receptores, o Credo destaca a essência de Deus como Doador de todos os bens (Arand, 2006, p. 1).

De forma resumida, Lutero afirma a necessidade de distinguir a revelação da lei da revelação do evangelho:

Isso mostra que o Credo é doutrina bem diferente da doutrina dos Dez Mandamentos. Pois esta ensina o que nós devemos fazer; aquela, entretanto, nos diz o que Deus faz para nós e nos dá. Além disso, os Dez Mandamentos estão inscritos no coração de todos os seres humanos; quanto ao Credo, nenhuma inteligência humana o pode compreender, devendo ser ensinado unicamente pelo Espírito Santo. Por isso a doutrina dos Dez Mandamentos ainda não faz de ninguém um cristão, pois sempre ainda permanecem sobre nós a ira e a indignação de Deus, visto que não podemos cumprir o que Deus exige de nós. Mas a doutrina do Credo traz puramente graça e nos torna íntegros e aceitáveis diante de Deus. Porque esse conhecimento nos faz sentir prazer e amor com respeito a todos os mandamentos de Deus, pois aqui vemos como Deus se dá inteiramente a nós, com tudo o que tem e pode, em auxílio e apoio, para o cumprimento dos Dez Mandamentos. O Pai nos ajuda com todas as criaturas, Cristo nos dá todas as suas obras, e o Espírito Santo nos concede todos os seus dons (CM II.63-67).

Lutero não inicia sua reflexão a partir de uma formulação racional ou especulativa, mas a partir do coração humano. Para ele, um “Deus” é tudo aquilo ao qual o nosso coração se apega – aquilo que tememos, amamos, em que confiamos e no que acreditamos –, aquilo que, em última análise, justificamos como sendo “o nosso Deus”. Essa definição simples

e direta ajuda a distinguir com clareza entre o ser necessário (Deus) e o ser contingente (a criação).

Com essa perspectiva, Lutero estrutura todo o Catecismo Maior como uma resposta bíblica ao Primeiro Mandamento. Seu objetivo é dar testemunho de que “toda a Trindade opera a Salvação” (Luther, 1966, p. 264). Por isso, Hermann Sasse pôde afirmar: “Graças a Deus, não existe uma doutrina luterana específica sobre a Trindade” (Sasse, 1957, p. 78).

Ao contrário do modelo agostiniano e de seus seguidores, que tratam Deus e a Trindade como tópicos separados, Lutero – assim como os autores do *Livro de Concórdia* – nunca aborda Deus de forma meramente teórica. O discurso sobre Deus, para ele, está sempre relacionado à vida, ao modo como Deus chama suas criaturas à existência, as julga, as perdoa e as reconduz a si. É sempre uma declaração de fé, expressa de formas variadas, mas centrada no agir divino. Essa abordagem confessional é o que torna a teologia trinitária de Lutero e do *Livro de Concórdia* tão singular (Lohse, 1999, p. 209).

Assim, Lutero observa que o filósofo pode discursar longamente sobre Deus, mas jamais conhecerá a sua vontade graciosa nem suas promessas em favor de nós.

Quando trata dos Dez Mandamentos, Lutero depura o texto de qualquer elemento específico da lei de Moisés, preservando somente aquilo que Deus prescreveu na própria criação. Como Cristo cumpre e supera a lei mosaica, os Mandamentos são apresentados como “o projeto de Deus para a vida humana dentro da criação” (Arand, 2022a, p. 72).

Como resultado, aquelas instruções ou mandamentos que correspondem ao projeto ou plano de Deus para a vida humana ainda se aplicam aos cristãos. Estes podem ser encontrados especialmente nas instruções fornecidas por Jesus e Seus apóstolos. Com estes em mãos, Lutero volta ao Antigo Testamento e recupera aquelas leis ou instruções que correspondem ao projeto da criação de Deus (isto é, lei natural). Desta forma, Lutero passa a ver os Dez Mandamentos como o resumo mais completo daquele projeto criacional para a vida humana que pode ser encontrado na Bíblia. Como um resumo do projeto de Deus para a criação, os Dez Mandamentos servem como um manual ou livro de instruções para o uso dos dons de Deus em nossas vidas (Arand, 2022a, p. 72).

À luz da exposição do Catecismo Maior, chegamos a uma conclusão simples e direta: os Dez Mandamentos nos conduzem ao coração do zelo do Criador por toda a sua criação e, de modo especial, por nós, suas criaturas humanas, conforme revelado no Primeiro Artigo do Credo.

Ao mostrar onde Deus nos colocou, os Mandamentos nos direcionam naturalmente para as relações que mantemos com as pessoas e as coisas criadas por ele. Para indicar como Deus deseja que essas relações ocorram, o Primeiro Mandamento torna-se a chave orientadora na argumentação de Lutero. Ele exige que depositemos total confiança naquele que criou todas as coisas e todos os seres.

Os Dez Mandamentos se concentram em nossa necessidade de depositar nossa fé em algum lugar, mas onde? O Credo se concentra nos dons que Deus nos dá, os quais recebemos pela fé para que possamos colocar nossa fé em Deus. A Oração do Senhor começa com o passo ousado de chamar Deus de ‘Pai nosso’, na confiança de que Ele ouvirá e responderá às nossas orações. Da mesma forma, nos beneficiamos dos dons do Batismo e da Ceia do Senhor pela fé. E nossas orações diárias são moldadas pela confiança de que nosso Pai nos manterá seguros em Suas mãos, como vemos nas Orações Diárias que Lutero inclui no Catecismo Menor (Arand, 2022a, p. 73).

Isso nos leva à conclusão rápida e fácil à luz da exposição do Catecismo Maior: os Mandamentos nos empurram para dentro do contexto do zelo do Criador por sua criação em geral e por suas criaturas humanas em particular à luz do Primeiro Artigo do Credo.

Descrevendo onde Deus nos colocou, os Dez Mandamentos facilmente nos direcionam para as interações com pessoas e coisas criadas por Deus. Para demonstrar como Deus quer que isso ocorra, o Primeiro Mandamento se torna norteador na argumentação de Lutero. O Primeiro Mandamento requer que coloquemos nossa total confiança naquele que criou a todos e a tudo. “Os Dez Mandamentos se concentram em nossa necessidade de depositar nossa fé em algum lugar, mas onde? O Credo se concentra nos dons que Deus nos dá, os quais recebemos pela fé para que possamos colocar nossa fé em Deus. A Oração do Senhor começa com o passo ousado de chamar Deus de ‘Pai nosso’, na confiança de que ele ouvirá e responderá às nossas orações. Da mesma forma, nos

beneficiamos dos dons do batismo e da Ceia do Senhor pela fé. E nossas orações diárias são moldadas pela confiança de que nosso Pai nos manterá seguros em suas mãos, como vemos nas Orações Diárias que Lutero inclui no *Catecismo Menor*" (Arand, 2022a, p. 73).

Tradicionalmente, estamos acostumados a seguir a exposição de Agostinho sobre os Dez Mandamentos, dividindo-os em duas tábuas. Lutero, em diversos momentos, também adota essa estrutura. Contudo, em outros, ele opta por uma abordagem distinta: separa o Primeiro Mandamento, como fonte central, e interpreta os outros nove como comentários práticos que mostram como o Primeiro Mandamento é vivido no dia a dia. Nesse sentido, Arand sugere que esses nove mandamentos funcionam como nove desdobramentos do Primeiro Mandamento.

Ao dar destaque absoluto ao Primeiro Mandamento, Lutero busca envolver Deus integralmente na vida do cristão.

Assim você pode entender com facilidade o que e quanto este mandamento requer, a saber, que todo o coração da pessoa e sua inteira confiança estejam exclusivamente em Deus e em mais ninguém. Porque “ter Deus” – e isto você facilmente irá reconhecer – não significa que se pode pegar e segurá-lo com os dedos, ou metê-lo numa bolsa ou trancá-lo num cofre. Pelo contrário, a pessoa tem Deus quando o coração o alcança e se prende a ele. Mas prender-se a ele com o coração não é outra coisa senão confiar inteiramente nele. Por isso Deus quer desviar-nos de tudo o mais, fora dele, e atrair-nos para si, visto ser ele o único e eterno bem. É como se dissesse: “O que anteriormente você buscou junto aos santos ou esperava receber de Mâmon ou de qualquer outra coisa, espere tudo isso de mim e considere-me como aquele que quer ajudá-lo e derramar ricamente sobre você tudo o que é bom” (CM I.13-15).

Ao mesmo tempo em que Deus se envolve com toda a nossa vida por meio do nosso coração, esse mesmo coração pode tornar-se uma verdadeira fábrica de ídolos. O Primeiro Mandamento atua como um diagnóstico preciso, revelando a ausência de Deus quando criamos substitutos para ele ou quando não confiamos no Deus que se revela de maneira trinitária.

Para Lutero, o Deus que se apresentou no Monte Sinai como aquele que libertou Israel da escravidão no Egito (Êx 20.2; Dt 5.6), que guiou

seu povo pelo deserto e o conduziu à Terra Prometida, é o mesmo Deus gracioso que se entrega a si mesmo e oferece seus dons ao seu povo – como revelado de forma plena no Novo Testamento e sintetizado no Credo (Arand, 1994, p. 397-424).

Enquanto os luteranos confessionais não tratam Deus como um tema meramente doutrinário, o mesmo não se pode dizer sobre como pensam e discutem o testemunho sobre Deus. Diferentemente do período escolástico, que conseguiu articular um conhecimento de Deus dissociado das pessoas da Trindade, o luteranismo confessional não admite essa separação. No *Livro de Concórdia*, retorna-se ao padrão bíblico: a articulação sobre Deus não é sistematizada como teoria, mas mantida como testemunho e confissão à luz das Escrituras, em continuidade com o pensamento da igreja antiga.

Assim, o Catecismo Maior de Lutero não apenas diagnostica nossa condição à luz dos Mandamentos, mas também nos coloca em relação viva com o Deus que conhecemos através do Credo. Dessa forma, Lutero dá mais um passo decisivo para apresentar o Deus que se revela em nosso favor. Lutero segue a linha dos pais da igreja como Atanásio e Gregório de Nazianzo. Lutero afirma:

Porque nem você nem eu jamais poderíamos saber algo a respeito de Cristo ou crer nele e conseguir que seja nosso Senhor se o Espírito não nos apresentasse Cristo e o presenteasse ao coração pela pregação do evangelho. A obra foi feita e está completada, pois Cristo obteve e conquistou esse tesouro para nós por meio de sua paixão, morte, ressurreição etc. Mas se a obra ficasse oculta, de forma que ninguém soubesse dela, teria sido em vão, um esforço inútil. Ora, para que esse tesouro não ficasse enterrado, mas fosse aplicado e desfrutado, Deus enviou e fez proclamar a palavra, na qual nos deu o Espírito Santo, a fim de trazer até nós esse tesouro, que é a redenção, e torná-lo propriedade nossa. Por isso, santificar não é outra coisa que não seja conduzir ao Senhor Cristo, para que se receba esse bem ao qual não poderíamos chegar por nós mesmos (CM II.38-39).

A conexão entre Cristo e o Pai é igualmente central para Lutero:

Pois, conforme explicado acima, jamais poderíamos chegar a conhecer o favor e a graça do Pai, a não ser por meio de Cristo Senhor,

que é espelho do coração paterno. Sem ele, nada vemos senão um juiz encolerizado e terrível. Mas também de Cristo nada poderíamos saber se não tivesse sido revelado pelo Espírito Santo (CM II.65).

Dessa forma, o Primeiro Mandamento e o Credo se entrelaçam. Na conclusão de sua exposição do Credo, Lutero declara:

No Credo aprendemos como Deus se dá inteiramente a nós, com tudo o que tem e pode, em auxílio e apoio, para o cumprimento dos Dez Mandamentos. O Pai nos ajuda com todas as criaturas, Cristo nos dá todas as suas obras, e o Espírito Santo nos concede todos os seus dons (CM II.69).

Essa articulação revela uma conexão explícita entre o Deus confessado no Primeiro Mandamento e a exposição do Credo através das três pessoas da Trindade – apresentadas em termos imanentes/ontológicos e reconhecidas por suas obras em nosso favor em linguagem econômica.

Com essa conexão estabelecida, Lutero distingue os cristãos de todos os outros povos e religiões:

Assim sendo, estes artigos do Credo distinguem e separam a nós, que somos cristãos, de todas as outras pessoas da terra. Pois todos os que estão fora da cristandade, sejam gentios, turcos, judeus ou falsos cristãos e hipócritas, embora creiam e adorem um único Deus verdadeiro, ignoram qual é o parecer ou julgamento de Deus em relação a eles. Não podem esperar dele qualquer amor e bem, razão por que permanecem debaixo de eterna ira e condenação. Pois não têm o Cristo Senhor e, além disso, não são iluminados nem agraciados com nenhum dom pelo Espírito Santo (CM II.66) (Engelbrecht, 2007).

## O CREDO CRISTÃO NA EXPLICAÇÃO DE LUTERO

Segundo Arand, a exposição de Lutero sobre o Credo no Catecismo Maior está entre as melhores da história da igreja e mantém sua relevância mesmo no século 21 (Arand, 2022b, p. 297). Um primeiro insight importante vem da própria organização do Catecismo. Diferentemente

do catecismo medieval – que enfatizava o amor como caminho para a salvação, pressupondo que o ser humano deveria se tornar semelhante a Deus para ser salvo – Lutero parte da ação divina em nosso favor: Deus nos atrai a si não pelo que devemos alcançar, mas pelo que ele mesmo oferece e concede como dom. Essa inversão de perspectiva é decisiva. No seu comentário à Carta aos Gálatas, Lutero questiona: “De que adianta você saber que Deus existe se você não sabe qual é a vontade Dele em relação a você?” (Lutero, 2008, p. 376).

O contexto medieval havia legado duas correntes teológicas principais. A *Via Antiqua*, ao tentar enquadrar Deus em um sistema lógico, acabou obscurecendo o Cristo concreto das Escrituras, reduzindo a revelação a uma estrutura racional. Já a *Via Moderna*, ao enfatizar a absoluta liberdade divina, afastou-se do Cristo do evangelho e tornou Deus um mistério inacessível, separado da promessa. Em ambos os casos, a teologia se distanciou da linguagem bíblica e pastoral que havia marcado a igreja antiga.

Nesse cenário, a Reforma de Wittenberg significou uma restauração da teologia patrística: a fé na Trindade revelada, centrada em Cristo, comunicada concretamente nos meios da graça como dádivas objetivas de Deus para a salvação. Aqui, não há espaço para especulação abstrata nem para moralismo meritório: o Credo, na pena de Lutero, volta a ser confissão viva daquilo *que Deus é e faz por nós e para nossa salvação*.

Para enfatizar a doação de Deus, como já articulamos, Lutero recorre à imagem de um paciente gravemente enfermo que necessita de um remédio para viver. Nessa metáfora, os Dez Mandamentos fazem o diagnóstico preciso da doença – o pecado; o Credo apresenta o remédio – a obra salvadora de Deus; e o Pai-Nosso descreve os efeitos desse remédio na vida do paciente curado. É assim que Lutero organiza as dádivas de Deus na “nova ordem” de seu Catecismo. As demais partes – batismo, confissão e santa ceia – são a aplicação concreta desse remédio, proveniente do Segundo Artigo, administrada pelo Espírito Santo.

Enquanto o Catecismo Menor foi pensado para ser “confessado” nas diversas situações da vida diária, o Catecismo Maior cumpre a função de acompanhar o pregador ao longo do ano, servindo como base para sermões que desenvolvem o tema da fé. Neles, os Dez Mandamentos revelam a exigência ou necessidade da fé; o Credo mostra como Deus nos

concede essa fé como dom; e o Pai-Nosso se torna o clamor perseverante da vida em fé.<sup>13</sup>

O Credo acompanha o cristão desde o nascimento até a ressurreição final, mostrando como Deus se envolve conosco ao entregar-se completamente a nosso favor. Ele nos dá, assim, o verdadeiro Deus requerido pelo Primeiro Mandamento – não um ídolo ou abstração, mas o Deus vivo que nos cria, redime e santifica.

Como observa Arand, o Credo dos Apóstolos, na pena de Lutero, não oferece uma definição formal de fé, mas ensina a sua gramática – a forma própria de falar e confessar a fé. Essa gramática, suscitada pelo evangelho, é marcada pelo “por mim”: Jesus morreu e ressuscitou *por mim*; Deus me fez, me provê, me protege, me redime, me compra, me chama, me santifica. Tanto no Catecismo Menor quanto no Maior, Lutero coloca essa linguagem da fé na boca dos cristãos, para que confessem pessoalmente a ação de Deus. E, ainda que tudo isso seja feito *por mim*, isso não significa que tudo exista *para mim*: fui criado “juntamente com todas as criaturas” e vivo como parte delas, assim como no Terceiro Artigo existo como cristão no seio de toda a igreja de Cristo na terra (Arand, 2022b, p. 300; Kalme, 2018, p. 109-122).

A primeira mudança significativa na exposição de Lutero no *Catecismo Maior* é a adoção de uma divisão trinitária do Credo.

Em primeiro lugar, o Credo tem sido dividido, até agora, em doze artigos. No entanto, se quisermos tomar, uma a uma, todas as partes que estão na Escritura e pertencem ao Credo, haveria muito mais artigos, embora não seja possível expressar todos de maneira clara em tão poucas palavras. Mas, para que se possa captá-lo do modo mais fácil e simples, como se deve ensiná-lo às crianças, vamos resumir todo o Credo em três artigos principais, correspondentes às três pessoas da Divindade, às quais se refere tudo o que cremos. Assim, o primeiro artigo, de Deus Pai, explica a criação; o segundo, do Filho, explica a redenção; o terceiro, do Espírito Santo, explica

---

13 Ver Arand, 2000, p. 147-188. Temos que lembrar que o texto do Catecismo Maior não é um tratado sistemático sobre Deus. Lutero até sugere que o que ele afirma no texto é suficiente como expressão catequética (CM II.70). A justificativa para esta abordagem de Lutero podemos encontrar nas próprias Escrituras: o testemunho que temos sobre Deus é breve e não especulativo. Assim como as Escrituras revelam, Lutero também irá articular na sua exposição o suficiente para confessar que o Deus Triúno age em nosso favor (Arand, 2006, p.10-12).

a santificação. É como se o Credo estivesse compreendido, da maneira mais breve, nestas palavras: *Creio em Deus Pai, que me criou; creio em Deus Filho, que me remiu; creio no Espírito Santo, que me santifica*. Um só Deus e uma só fé, porém três pessoas, e por isso também três artigos ou confissões” (CM II.5-8).

Essa mudança não foi apenas pedagógica, mas fruto de uma caminhada teológica de Lutero ao longo da década de 1520, quando ele cristalizou o princípio hermenêutico da distinção entre lei e evangelho. Essa distinção orienta toda a ordem do Catecismo e reflete, ao mesmo tempo, a estrutura dos credos da igreja antiga.

Para Lutero, se os Dez Mandamentos forem lidos na lógica condicional da lei – “se... então” (isto é, *se cumprirmos os mandamentos, então teremos a vida*) –, o resultado é claro: tal cumprimento perfeito é impossível. A função da lei é revelar a total incapacidade humana de conhecer, desejar e fazer o bem. Isso prepara o coração para o Credo, que apresenta a lógica do evangelho: “porque... portanto” – *porque Deus é e fez, portanto nós somos e podemos agir*.

Ao reestruturar o Credo dos Apóstolos de doze artigos (tradicionalmente ligados a cada apóstolo) para três artigos correspondentes à obra, vontade e essência de cada Pessoa da Trindade, Lutero demonstra a unidade da essência divina por meio da sua interconexão interna. Essa mudança indica uma compreensão mais dinâmica e relacional da Trindade, na qual cada Pessoa é confessada a partir da sua obra específica em favor da criação, mas sem romper a unidade da ação divina.

Assim, a exposição do Credo no Catecismo Maior começa com a afirmação central:

O Credo se divide em três partes principais, de acordo com a maneira pela qual as três pessoas da santa Trindade divina são narradas nele [...] das quais o primeiro é apropriado ao Pai, o segundo ao Filho e o terceiro ao Espírito Santo, porque este é o mais alto artigo de fé no qual todos os outros pendem (Schwöbel, 2017, p. 416-438).

Lutero parece organizar os artigos do Catecismo Maior segundo a lógica da “Trindade econômica”, ou seja, destacando como cada Pessoa da Trindade age em relação a nós. Dentro desse arranjo, é possível identificar

expressões como “dons do Primeiro Artigo” e suas correspondências no Segundo e no Terceiro Artigos.

No Catecismo Maior, o Primeiro Artigo concentra-se na provisão do Pai de bens temporais – como a criação, a preservação e o sustento diário da vida – e, embora haja uma transição para o Segundo Artigo, ele permanece aparentemente quase independente deste. Já o Segundo e o Terceiro Artigos aparecem mais interligados, refletindo a dificuldade, em uma abordagem puramente imanente/ontológica de Deus, de distinguir com precisão os dons da redenção e da santificação.

Lutero resolve essa tensão por meio de uma síntese: liga os três artigos aos atos fundamentais de Deus – criação, redenção e santificação –, mas sempre relacionando cada ato aos meios específicos pelos quais Deus provê essas dádivas. Assim, o Pai cria e sustenta, o Filho redime e o Espírito Santo santifica – todos agindo em unidade, mas com dons próprios que nos são dados por meio da Palavra e dos sacramentos.

Nessa perspectiva, o Credo não é apenas um resumo doutrinário, mas uma confissão viva de todos os dons de Deus, desde a primeira criação até a nova criação (Corzine, 2022, p. 353; Arand, 2018, p. 234).

## O PRIMEIRO ARTIGO

Os principais elementos do Primeiro Artigo do Credo estruturam e iluminam a abordagem de Lutero em seu Catecismo Maior. Ao confessar que Deus é Todo-Poderoso, Lutero destaca a separação fundamental entre o Criador e a criação – distinção já presente no Primeiro Mandamento. A onipotência divina não se manifesta por meio de matéria pré-existente, mas na capacidade de Deus de criar a partir do nada, pela eficácia da sua Palavra. O Deus do Credo não depende de forças ou condições externas: ele fala, e tudo vem à existência.

Esse ato criador é também expressão de liberdade e graça divina. Deus criou porque quis, movido por sua própria bondade e generosidade. A criação, portanto, não é resultado de necessidade ou de desordem, mas é dom gratuito – um presente que revela o amor de Deus pelas suas criaturas. Mais ainda, o Criador permanece envolvido com sua obra, sustentando-a e preservando-a com amor contínuo. Confessar o Deus

Todo-Poderoso, como Lutero faz nos credos, significa afirmar um Deus que ama o que faz e se compromete com sua criação.

Essa leitura de Lutero do Credo segue um movimento teológico envolvente, e se alinha à própria estrutura da história da salvação nas Escrituras: da criação, passando pela redenção em Cristo, até a consumação através do Espírito Santo. Como destacam Arand, Nestingen e Kolb (2012, p. 53), essa abordagem de Lutero, assim como a dos próprios credos, é contracultural: ela não parte da autonomia humana, mas da dádiva divina. A interpretação luterana do Credo é centrada na ação graciosa de Deus em favor da sua criação, incluindo cada um de nós.

Na exposição do Primeiro Artigo do Credo, Lutero nos ajuda a contemplar o Deus Criador como bom e misericordioso, e a reconhecer o ser humano como sua amada criatura. Para tornar essa relação clara, Lutero resgata, com base no testemunho das Escrituras e dos credos, dois movimentos trinitários fundamentais, como já descrevemos. O primeiro é o movimento *a Patre* (do Pai): tudo tem origem no Pai, que gera o Filho e, junto com ele, envia o Espírito Santo. É este Espírito que, procedendo do Pai e do Filho, aplica a obra da salvação a nós. O segundo movimento é *ad Patrem* (para o Pai): nossa confissão de fé, nosso culto e nossa vida cristã são uma resposta à iniciativa divina, conduzida pelo Espírito Santo por meio do Filho, que nos reconduz ao Pai (Arand, 2006, p. 16).

Essa estrutura teológica, que parte da Trindade imanente/ontológica e se expressa na Trindade econômica/salvífica, evita uma separação indevida entre as obras de Deus. Ao invés de compreendermos as ações do Pai, do Filho e do Espírito Santo como obras isoladas ou hierarquicamente ordenadas, confessamos a unidade da ação divina, na qual cada pessoa da Trindade está presente e atuante nas obras da criação, redenção e santificação.

Por essa razão, embora o tema central do Primeiro Artigo seja a criação, Lutero insiste que a criação não pode ser compreendida isoladamente: o Segundo Artigo (redenção) e o Terceiro Artigo (santificação) continuam a revelar a ação do mesmo Deus Triúno, em favor de sua criação. Essa continuidade ressalta que toda obra de Deus flui de sua bondade, e toda resposta da fé é motivada pela sua graça.

Assim, a articulação trinitária de Lutero preserva tanto a interdependência quanto a distinção das pessoas divinas. Ele demonstra que, ao analisarmos a obra de uma Pessoa da Trindade, o fazemos sempre à luz da comunhão e unidade com as demais. Essa compreensão sustenta uma confissão apropriada e bíblica da fé cristã: do Pai, por meio do Filho, no Espírito Santo – e para o Pai, mediante o mesmo Espírito, em Cristo.

Antes de Lutero, predominava na teologia cristã uma abordagem ontológica ou imanente da argumentação de Deus, ou seja, uma reflexão sobre a essência divina que, muitas vezes, se desenvolvia de modo relativamente desvinculado da revelação trinitária concreta do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Um exemplo influente desse modelo é encontrado em Agostinho, que foi o primeiro a sistematizar a argumentação de Deus em duas partes: a primeira tratando da essência e atributos divinos, e a segunda da Trindade. Essa divisão levou a uma articulação sobre Deus mais abstrata, voltada à natureza divina em si, antes de considerar sua autocomunicação nas obras da criação, redenção e santificação.

Tal estrutura, embora tenha servido como referência por séculos, também correu o risco de dissociar o conceito de Deus da confissão trinitária, como se fosse possível pensar Deus em termos gerais, e só depois falar do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Lutero, em contraste, retoma a linguagem das Escrituras e dos credos, em especial no Catecismo Maior, ao mostrar que Deus e Pai não são sinônimos genéricos, mas que a verdadeira fé cristã confessa a Deus sempre em sua autorrevelação trinitária – como Pai que cria, Filho que redime, e Espírito Santo que santifica (Arand, 2006, p. 15).

Essa retomada de Lutero é bem representada na imagem catequética de Lucas Cranach, o Velho (1527), que ilustra visualmente a confissão de fé presente no Credo, segundo a teologia luterana. Imagine três círculos concêntricos:– O círculo externo representa os céus e a terra, abrangendo toda a criação – obra do Deus Pai, Criador de todas as coisas, ainda que agora corrompida pelo pecado.– No centro, o círculo menor representa o Filho, Jesus Cristo, enviado ao coração da criação, em um tempo e lugar específicos, para redimir esse mundo caído por meio de sua encarnação, morte e ressurreição. Por fim, um círculo em expansão simboliza a obra do Espírito Santo, que parte da centralidade do Filho e alcança as nações por meio da proclamação do evangelho, até que a criação seja

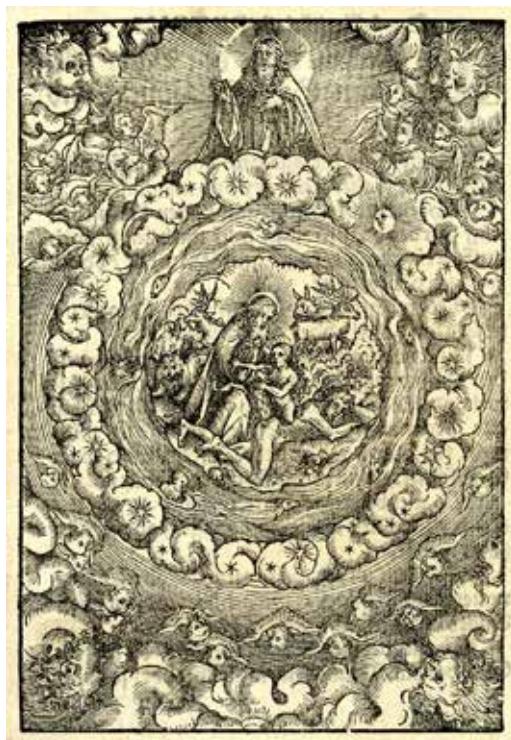


Figura 1 A Criação - Lucas Cranach, o Velho – 1527  
<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Creation-Luther-Lucas-Cranach-Elder-1527.jpg>

plenamente restaurada no novo céu e nova terra (Is 65.17; Ap 21.1) (Arand, 2022b, p. 318).

Essa imagem visualiza com clareza a estrutura teológica do Credo como compreendida por Lutero: uma obra divina única, porém distintamente trinitária, que se estende desde a criação, passa pela redenção e culmina na santificação e renovação de todas as coisas. A fé cristã não parte de um conceito abstrato de Deus, mas de sua ação concreta em favor de sua criação, revelada nas três pessoas da Trindade.

Esta abordagem trinitária de Deus em Lutero começa a se consolidar ao longo da década de 1520, marcando uma importante virada teológica

em sua leitura da confissão da fé cristã. Um exemplo significativo dessa transição aparece na interpretação da Quarta Petição do Pai-Nosso. Inicialmente, Lutero compreendia o “pão nosso de cada dia” em sentido predominantemente espiritual, como referência ao pão celeste da ceia do Senhor. No entanto, ao longo da década, essa leitura evolui para uma interpretação mais abrangente e concreta, em que o “pão” passa também a significar o sustento diário e todas as necessidades da vida (Robinson, 1999, p. 435-447; Arand, 2006, p. 31-56).

Essa mudança foi influenciada, entre outros fatores, pelos intensos debates com os entusiastas sacramentários, os quais negavam a presença real de Cristo na santa ceia. Esses grupos, representados por figuras como Zwinglio e outros, não conseguiam conceber como Cristo poderia estar presente corporalmente de forma verdadeira e indivisível nos

elementos sacramentais (Ziegler, 2017, p. 217-250).<sup>14</sup> A resposta luterana a essa negação partiu do princípio teológico de que Deus não pode ser separado de sua ação e de sua presença – seja na ceia, seja na criação. Assim como Cristo está presente em, com e sob o pão e o vinho, também Deus está verdadeiramente presente no mundo criado, sustentando-o em sua providência. A incapacidade dos sacramentários de compreender essa realidade refletia, na visão de Lutero, uma herança reducionista da teologia medieval, que tendia a fragmentar a ação de Deus em categorias racionais abstratas, desconectadas de sua autodoação real.

Nesse contexto, a década de 1520 representa, para Lutero, o início de uma recuperação profunda da confissão trinitária, tal como expressa nos credos da igreja antiga. Duas mudanças teológicas centrais marcam essa fase. Em primeiro lugar, Lutero começa a correlacionar os três

---

14 Robert Kolb observa que, em sua obra *Confession Concerning Christ's Supper* (1528), Martinho Lutero desenvolveu três pressupostos fundamentais para sustentar seu ensino da presença real do corpo e sangue de Cristo na santa ceia. Esses pressupostos, profundamente enraizados na cristologia calcedoniana, reforçam a convicção luterana de que Cristo está presente “em, com e sob” o pão e o vinho de maneira sacramental e verdadeira (Kolb e Trueman, 2017, p. 91-92).

O primeiro pressuposto de Lutero é confessional: Jesus Cristo é Deus e homem, essencial, verdadeira e completamente, em uma única pessoa, indivisa e inseparável. Essa união hipostática – conforme definido pelo Concílio de Calcedônia (451) – significa que onde quer que Cristo esteja presente, ele está presente com ambas as naturezas, não de forma fragmentada, mas como pessoa inteira. O segundo ponto refuta diretamente a objeção de Zuínglio, que negava a possibilidade de Cristo estar corporalmente presente no altar. Lutero recorre ao conceito veterotestamentário da “destra de Deus”, mostrando que ela não é uma localização geográfica ou espacial, mas uma designação do poder e da majestade de Deus, que está presente em toda parte, embora revelado de modos distintos. Desse modo, o corpo glorificado de Cristo pode estar presente de forma sobrenatural e sacramental, sem violar as leis naturais da criação, pois ele participa da glória e onipotência do Pai. O terceiro argumento de Lutero envolve uma distinção teológica e filosófica do conceito de “presença”. Ele mostra que as Escrituras usam diferentes formas de presença para descrever como Deus se manifesta no mundo. Lutero se vale de três categorias clássicas — inspiradas em Aristóteles — para explicar isso:

1. Presença local – quando um corpo está circunscrito fisicamente em determinado espaço.
2. Presença definitiva – quando um ser, como um anjo ou espírito, está presente em um local sem estar contido pelas dimensões físicas daquele lugar (por exemplo, Jesus aparecendo aos discípulos apesar da porta trancada – *Jo 20.19*).
3. Presença repletiva – que descreve a presença de Deus, o qual preenche todo o universo, pois não está limitado por espaço algum.

A partir desses fundamentos, Lutero conclui que não há qualquer razão teológica ou bíblica para negar que Cristo possa estar verdadeiramente presente na ceia, em sua totalidade pessoal — corpo, sangue, alma e divindade — de modo sacramental, conforme prometido nas palavras da instituição: “Isto é o meu corpo... Isto é o meu sangue”.

artigos do Credo com as três pessoas da Trindade, o que lhe permite desenvolver uma perspectiva teocêntrica e unificada da obra divina (*a Patre*). Em segundo lugar, ele passa a relacionar cada pessoa da Trindade com seus respectivos dons e ações em favor da criação (*ad Patrem*), enfatizando que a fé cristã reconhece e responde à ação concreta de cada pessoa divina – o Pai que cria, o Filho que redime e o Espírito Santo que santifica.

Essa segunda ênfase torna-se evidente nos sermões catequéticos de Lutero, que serviram de base para a elaboração dos Catecismos de 1529. Esses sermões refletem diretamente as disputas teológicas com os sacramentários e apontam para uma teologia que comprehende a fé como resposta confessional à ação contínua de Deus em favor do ser humano (Arand, 2006; Silcock, 2014, p. 294-309).

Portanto, o Catecismo Maior, escrito ao final da década de 1520, é o produto amadurecido dessas transformações. Ele sintetiza uma visão trinitária da fé cristã, enraizada nos credos históricos, nas Sagradas Escrituras e na experiência litúrgico-sacramental da igreja. A confissão de fé luterana, assim, não apenas rejeita os reducionismos do pensamento medieval ou racionalista, mas reafirma que Deus está presente e ativo – na criação, na redenção e na santificação – como Pai, Filho e Espírito Santo, para o bem da sua amada criatura (Arand, 2014, p. 294-309).

Nas décadas seguintes, Martinho Lutero aprofunda sua compreensão sobre Deus, especialmente ao refletir sobre a criação à luz da obra salvífica da Trindade. Essa mudança não representa uma ruptura, mas um amadurecimento da confissão de fé, onde a bondade de Deus revelada na criação se torna um fio condutor que perpassa toda a ação das três pessoas da Trindade.

A bondade do Pai Criador se manifesta de forma concreta na encarnação do Filho, que assume plenamente a natureza humana criada, e continua presente na obra do Espírito Santo, que utiliza meios terrenos – a Palavra, a água, o pão e o vinho – para conceder os dons celestiais de perdão, vida e salvação. Esses meios, quando unidos à Palavra, tornam-se instrumentos eficazes de santificação. A criação, portanto, não é descartada nem desprezada, mas redimida e valorizada, culminando na confissão do Credo, que afirma que o corpo que recebemos na criação será o mesmo que o Espírito Santo ressuscitará no último dia.

Lutero, ao conectar o Primeiro Artigo do Credo ao Primeiro Mandamento, enfatiza que a confissão cristã é sempre uma resposta de fé ao Deus verdadeiro que se revela como Criador e Salvador. No Catecismo Maior (CM II.10-1), ele declara: “Que espécie de Deus você tem? O que você sabe a respeito dele?” – e responde: “Este é o meu Deus: em primeiro lugar, o Pai, que fez o céu e a terra. Fora desse único Deus, a nada considero como Deus, porque não há outro que pudesse criar céus e terra”.

Dessa forma, Lutero reafirma que o Deus do Primeiro Mandamento é o mesmo Deus confessado nos três artigos do Credo, e que essa fé não é uma abstração teológica, mas uma confiança viva e concreta no Deus que cria, redime e santifica sua criação. A teologia da criação, assim, é inseparável da teologia da salvação, e a confissão trinitária é a expressão plena da fé no único Deus verdadeiro.

Ao confessarmos o Deus Todo-Poderoso, reconhecemos não apenas seu domínio absoluto, mas também a forma como ele age na criação. Essa designação, presente nos credos históricos e reiterada por Martinho Lutero nos *Catecismos*, estabelece a base para a compreensão de que Deus cria a partir do nada (*creatio ex nihilo*) – mesmo que essa expressão técnica não apareça literalmente nos textos de Lutero, o conceito está claramente implícito em sua teologia e na obra conjunta da Trindade.<sup>15</sup>

Assim como os credos antigos descrevem Deus a partir de suas obras, Lutero segue esse padrão: a maneira como Deus age revela quem ele é. A criação é atribuída ao Pai, cuja paternidade é marcada não apenas por poder, mas por bondade e misericórdia divinas. A redenção é obra do Filho, realizada inteiramente por graça, sem qualquer contribuição humana. A santificação é atribuída ao Espírito Santo, que opera a fé quando e onde quer, também de forma absolutamente graciosa. Em cada uma dessas obras, a Trindade se manifesta em perfeita unidade e amor pelas suas criaturas.

---

15 A expressão *creatio ex nihilo* não descreve apenas o primeiro momento da criação. Segundo Weinrich, “ela é uma declaração sobre Deus e como Ele se relaciona com o mundo em todos os momentos e em todos os lugares. A *creatio ex nihilo* também é uma declaração sobre a natureza da criatura e como ela se relaciona com Deus, o Criador, em todos os momentos e em todos os lugares. Em resumo, a *creatio ex nihilo* faz a distinção necessária entre Deus e a criatura, especialmente o homem” (WEINRICH, William C. *Creation ex Nihilo: The Way of God. Logia*, v. IV, n. 2. p. 37-42, Eastertide/April 1995, p. 37-42) (Arand, 2018, p.229-248).

Por isso, o Credo Apostólico não é apenas uma descrição doutrinária de ações divinas; ele nos conduz à fé e ao reconhecimento de que tudo o que Deus faz é dom gratuito. Essa é a conclusão que Lutero expressa com clareza no Catecismo Menor: “E tudo isso ele faz unicamente por sua paterna e divina bondade e misericórdia, sem nenhum mérito ou dignidade da minha parte” (Cm II.2).

Assim, a confissão da onipotência divina não conduz ao medo, mas ao consolo: o Deus Todo-Poderoso é também o Deus Todo-Misericordioso, que age em favor da criação por pura graça. Reconhecer sua obra é, portanto, confessar quem ele é – o Pai Criador, o Filho Redentor, o Espírito Santificador – e nos colocar diante dele com fé, gratidão e confiança.

A teologia do Credo, em contraste com qualquer construção filosófica, nos ensina que Deus não foi limitado nem constrangido por nada fora de si mesmo ao criar o mundo. Tampouco a criação foi motivada por alguma necessidade interna de Deus – como carência, solidão ou desejo de dominação. Como destaca Arand (2022, p. 316), Deus criou porque quis, e à luz do evangelho, compreendemos que criar do nada é um ato de amor e graça. A argumentação da *creatio ex nihilo*, portanto, não revela apenas o poder de Deus, mas seu caráter gracioso e livre: ele cria por pura bondade, sem obrigação, sem pressão e sem necessidade.

Mesmo reconhecendo que o Credo pode ser desdobrado em diversos artigos para os mais versados na fé (CM II.12), Lutero concentra sua exposição do Primeiro Artigo em duas palavras fundamentais: Deus Todo-Poderoso como Criador e como Pai. Ao afirmar: “Creio em Deus, Pai todo-poderoso, criador...” (CM II.13), Lutero confessa que a criação não é um acaso, mas obra ordenada e intencional, sustentada pelo Deus que tudo governa com sabedoria e amor paternal.

Essa é uma afirmação simples, completa e profundamente bíblica, ressoando os credos, que igualmente evitam qualquer dependência de argumentos filosóficos ou especulações naturais para explicar a origem do mundo. Tanto nos credos quanto no Catecismo Maior, a ênfase está na revelação de Deus em sua Palavra, não na razão humana. É essencial preservar a distinção fundamental entre Deus, o Criador, e sua criatura – distinção esta que impede qualquer tentativa de compreender Deus por analogias extraídas da criação.

Lutero ecoa esse princípio teológico presente na Escritura, especialmente na narrativa do Êxodo, onde Moisés demonstra que o Deus de Israel não é reconhecível pelos critérios da sabedoria egípcia ou das potências naturais. O verdadeiro Deus não tem equivalente na criação: ele é único, transcendente e, ao mesmo tempo, misericordioso, e só pode ser conhecido por meio da revelação que ele mesmo oferece, culminando na pessoa de Jesus Cristo.

Portanto, a confissão da criação, conforme confessada no Credo e ensinada por Lutero, não é uma explicação metafísica da origem do mundo, mas uma confissão da fé no Deus que cria livremente, graciosamente e em favor de suas criaturas. Essa fé não se apoia em especulação, mas na palavra de Deus que chama à existência aquilo que não existia.

Ao confessarem que Deus Todo-Poderoso criou todas as coisas boas, os credos confrontam diretamente a visão de mundo sustentada por várias correntes filosóficas antigas, especialmente as derivadas do pensamento platônico e aristotélico.<sup>16</sup> Ao proclamarem que o mundo material é fruto da vontade de um Deus amoroso e transcendente, os cristãos romperam com a concepção dualista dominante na cultura greco-romana, que tendia a desvalorizar a ordem física e exaltar o reino imaterial das ideias, da razão e da alma.

Na filosofia clássica, o mundo dos corpos e da matéria era visto como inferior, imperfeito e passageiro, enquanto a mente e o espírito pertenciam ao domínio do eterno e do ideal. O objetivo do ser humano, portanto, era escapar do mundo material – considerado um empecilho – por meio da filosofia, da arte ou de um conhecimento superior, rumo a uma espécie de iluminação intelectual e espiritual. Essa visão preparou o terreno para uma série de heresias cristãs que negavam ou distorciam verdades fundamentais da fé bíblica.

---

16 Entre as perspectivas filosóficas, temos o pensamento epicurista e estoico. Para os epicuristas, Deus era eterno, abençoado, imortal e imperecível. Para os estoicos, Deus era imanente, providencial, racional e ativo. Eles conheciam esses atributos pela razão e pela natureza. Ambas as correntes têm origem nos pensamentos de Platão e de Aristóteles e não possuem correlatos nas Escrituras Sagradas. Quando nos aproximamos do período do século 16, os pensamentos de Aristóteles, especialmente, influenciam Tomás de Aquino e Guilherme de Ockham. Aquino tornou o pensamento de Aristóteles “cristão” e Ockham favoreceu Aristóteles sem a presença de Deus. No primeiro pensamento, *a via antiqua*, o conhecimento natural e o texto bíblico são equilibrados; no segundo pensamento, *a via moderna*, o nominalismo retirou Deus de sua reflexão (BECKWITH, Carl L. *A Trindade Santa*. Fort Wayne: Luther Academy, 2025, p. 57-84).

O docetismo, por exemplo, negava a realidade da encarnação, afirmando que Cristo apenas *parecia* ter corpo humano, mas não sofrera ou morrera realmente na carne. O maniqueísmo dividia radicalmente a humanidade entre filhos da luz – esclarecidos espiritualmente – e filhos das trevas, presos à carne e à matéria, rejeitando a bondade da criação. O gnosticismo ia além, sustentando a existência de dois deuses: um deus bom e espiritual, totalmente alheio ao mundo material; e um deus inferior, o *Demiurgo*, que criou a matéria de forma imperfeita e má. O marcionismo, por sua vez, descartava o Antigo Testamento e atribuía sua autoria a um deus inferior e vingativo, contrastando-o com o suposto deus espiritual e amoroso do Novo Testamento.

Todas essas visões eram frontalmente contrárias às Sagradas Escrituras, especialmente à confissão da criação, da encarnação do Verbo, do sofrimento real, da morte na cruz e da ressurreição corporal de Cristo – fundamentos da fé cristã. O apóstolo Paulo confronta diretamente essa mentalidade em seu discurso no Areópago de Atenas (Atos 17), onde afirma que o Deus desconhecido dos gregos é, na verdade, o Criador de todas as coisas, que não habita em templos feitos por mãos humanas, e que ressuscitará os mortos – escândalo absoluto para a filosofia platônica, mas coração do evangelho (Serina, 2022, p. 335-336).

Assim, os credos cristãos não apenas transmitem conteúdo, mas reordenam radicalmente a visão de mundo. Ao confessarmos que Deus criou o céu e a terra, e que Cristo se encarnou, sofreu, morreu e ressuscitou corporalmente, afirmamos a bondade da criação, a redenção da matéria e a esperança de ressurreição da carne. Essa é a fé cristã, em oposição clara e deliberada a toda forma de espiritualismo desencarnado ou de dualismo que separa o corpo da alma, o mundo físico do amor de Deus.

Portanto, o pensamento de Lutero sobre a criação, conforme exposto no Catecismo Maior, não surge isolado, mas encontra eco e continuidade no testemunho de importantes pais da igreja, especialmente naqueles que enfrentaram as heresias dualistas e espiritualistas da Antiguidade. Entre eles, destaca-se Irineu de Lião, que escreveu vigorosamente contra o gnosticismo e o marcionismo. Para Irineu, o Deus do Antigo Testamento é o mesmo Deus do Novo, o Criador de todas as coisas no Gênesis, o Redentor encarnado nos evangelhos, e o Restaurador prometido no

Apocalipse. A unidade da história da salvação é, portanto, inseparável da confissão de um Deus único, Criador e Redentor, fundamento também da fé cristã luterana.

Lutero herdou de Agostinho essa mesma convicção teológica. Foi Agostinho quem, ao combater o maniqueísmo, insistiu que Deus criou todas as coisas livremente e com bondade, conforme ensina o livro de Gênesis. Contra os maniqueus, que desprezavam a matéria como intrinsecamente má, Agostinho defendeu a bondade essencial da criação, como reflexo da natureza de Deus. Essa leitura agostiniana marcou profundamente Lutero, que reconheceu no relato da criação não apenas o início da existência humana, mas o testemunho da generosidade divina.

No Catecismo Maior, a exposição do Credo é, em si, um resumo das Escrituras, estruturado sobre a base confessional dos credos Apostólico e Niceno. Graças à fidelidade doutrinária de Irineu, Agostinho e outros pais da igreja, Lutero pôde recuperar a linguagem bíblica e teológica dos primeiros capítulos de Gênesis, reafirmando que Deus é Pai e Criador, e que sua criação é boa (Arand, 1984, p. 132-147; Wingren, 1984, p. 353-379). Essa linguagem patrística é evidente quando os primeiros teólogos afirmam que as palavras “Deus” e “Pai” são intercambiáveis, indicando não apenas a identidade do Criador, mas também o lugar de unidade das três pessoas da Trindade: todas as coisas procedem do Pai (*a Patre*) e retornam ao Pai (*ad Patrem*) – refletindo a estrutura teológica que une a Trindade imanente/ontológica com a Trindade econômica/salvífica.

Talvez por isso Lutero tenha considerado o Primeiro Artigo como “o mais elevado da fé”, pois, como explica Kolb (2007, p. 169-170), toda a teologia confessional sobre a encarnação e a obra de Cristo em favor dos pecadores parte do reconhecimento de Deus como Criador e Senhor Todo-Poderoso. A criação vem antes da queda, e a redenção acontece no contexto da criação, pois somos, antes de tudo, criaturas de Deus, amadas e formadas por ele, e é a essas criaturas que Cristo vem resgatar. Como bem resume Schumacher (2010), a cruz de Cristo se revela no ambiente da criação – é no mundo que Deus fez que se realiza a reconciliação entre o Criador e suas criaturas.

Na explicação do Primeiro Artigo do Credo, Lutero articula com profundidade a confissão da criação, iniciando com uma pergunta essencial: “Que significam ou o que você quer dizer com as palavras:

‘Creio em Deus, Pai todo-poderoso, criador?’” (CM II.13). A resposta não é meramente teórica ou abstrata, mas profundamente existencial: confessar Deus como Criador é reconhecer que sou criatura de Deus, inteiramente dependente de sua bondade e ação sustentadora.

Lutero afirma que Deus não apenas nos criou, mas continua a nos conservar diariamente com tudo o que temos e necessitamos: corpo e alma, razão e sentidos, alimento e vestuário, família, casa, governo, paz e todas as demais bênçãos da criação (CM II.14-16). Nenhuma dessas coisas provém de nós mesmos, nem está sob nosso controle ou mérito. Tudo se resume na confissão da palavra “Criador” – Deus é a fonte de todo o bem, e nós somos receptores constantes de seus dons.

Contudo, Lutero não se limita à criação material. Ele aprofunda sua teologia ao destacar que o Deus Criador é também o Pai do seu único Filho, gerado eternamente. Essa paternidade divina não é apenas funcional, mas relacional e eterna, e ilumina tanto a obra da criação quanto a da redenção. O mesmo Deus que nos formou do pó da terra é o Pai que, em amor, entregou o Filho eterno para assumir nossa carne e resgatar a criação caída.

Ao descrever Deus como Pai, Lutero lhe atribui não apenas onipotência, mas também sabedoria, ternura, paciência, bondade e amor – atributos que se manifestam de forma plena e visível na encarnação de Jesus Cristo. Essa compreensão confessional conduz à convicção de que a criação e a salvação não são obras separadas, mas expressões do mesmo amor trinitário, revelado na história da salvação.

Assim, a teologia luterana, enraizada nas Escrituras e nos credos, une criação e redenção como obras do Deus Triúno, cuja paternidade eterna se expressa tanto no dom da vida natural quanto no dom do Filho para a nossa salvação. A confissão do Primeiro Artigo, portanto, não é apenas uma afirmação sobre o começo da vida, mas também o fundamento da confiança em Deus como Pai fiel, que cria, sustenta, redime e restaura.

Martinho Lutero, ao expor os Artigos do Credo, evita qualquer separação entre as pessoas da Trindade, mesmo ao distinguir suas obras. Ele reconhece que o Pai, o Filho e o Espírito Santo agem de maneira distinta, mas sempre em unidade perfeita. No Primeiro Artigo, Deus é confessado como Criador e sustentador de todas as coisas – o Deus

transcendente que, longe de abandonar sua criação, permanece presente nela com providência, cuidado e graça. No entanto, é no Segundo Artigo que se revela como Deus deseja ser conhecido para a nossa salvação: em Jesus Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, que nos reconcilia com o Pai e nos mostra sua face.

Essa abordagem trinitária rejeita qualquer tentativa de conhecer Deus por especulação filosófica sobre sua essência. Deus não se dá a conhecer por meio de abstrações metafísicas, mas por sua autoentrega na história, revelada nas Escrituras. A forma como ele se manifesta – como Criador, Redentor e Santificador – pertence à economia da salvação, isto é, ao seu agir concreto em favor da humanidade.

Lutero, portanto, não opõe a criação atribuída ao Pai com a redenção realizada pelo Filho. Antes, ele reconhece que a obra do Deus trino é una: o Pai cria, mas o faz com o Filho e o Espírito; o Filho redime, mas em obediência ao Pai e no poder do Espírito. A geração eterna do Filho a partir do Pai é, nesse contexto, um elemento fundamental para compreendermos a revelação de Deus na história: o Filho, eternamente gerado, é o mesmo que foi enviado na plenitude do tempo (Gl 4.4) para redimir a criação caída.

Embora Lutero siga a ordem tradicional dos três Artigos do Credo, sua exposição os apresenta de forma dinâmica e interligada. No Catecismo Maior, ele retorna do Terceiro ao Segundo, e então ao Primeiro Artigo, revelando a ação do Deus Triúno como um fluxo contínuo de amor e graça. Esse movimento teológico expressa a estrutura *a Patre, per Filium, in Spiritu Sancto, ad Patrem* – do Pai, por meio do Filho, no Espírito, e de volta ao Pai – sem confusão de pessoas nem divisão na essência divina.

Dessa forma, a teologia luterana confessional comprehende que toda a economia da salvação reflete a comunhão eterna da Trindade. A criação, a redenção e a santificação não são atos isolados, mas expressões do amor do mesmo Deus, que age ontológica e economicamente para trazer suas criaturas de volta a si mesmo, em Cristo, no Espírito.

Ao contrário de uma concepção epicurista de Deus – um ser ocioso e inativo, que cria o mundo e depois cruza os braços, deixando sua obra entregue ao acaso – o Deus confessado no Credo é *actuosissimus*, “o mais ativo Deus”. Ele não apenas cria, mas permanece fiel àquilo que fez; não renuncia à sua criação, não desiste dela, mas continua presente

e operante, conduzindo-a ao propósito para o qual foi originalmente criada (Arand, 2020, p. 61).

Assim, o objetivo da explicação de Lutero no Credo não é apresentar um Deus cuja ação pertence apenas ao passado, mas testemunhar um Deus Criador que continua ativo e presente hoje. Pela articulação da *creatio continua* – a contínua conservação e governo da criação por Deus – Lutero afirma que o Deus de Gênesis é o mesmo que, dia após dia, sustenta, protege e provê tudo o que existe. Não há ruptura entre o “Deus que criou” e o “Deus que mantém”; trata-se do mesmo Senhor, cuja obra é constante e fiel.

Essa compreensão se manifesta de forma notável no encerramento de sua exposição do Credo, no Catecismo Maior:

Aqui, no Credo, você tem toda a essência, a vontade e a obra de Deus expostas da maneira mais fina, em palavras bem breves e, contudo, ricas. Nisso consiste toda a nossa sabedoria, que excede e sobrepuja toda sabedoria, todo sentido e toda razão humana. Pois o mundo inteiro, ainda que com toda a diligência tenha buscado saber o que Deus é e o que ele tem em mente e faz, jamais conseguiu alcançar qualquer dessas coisas. Mas aqui você tem tudo da maneira mais rica. Porque aqui, em todos os três artigos, ele mesmo revelou e abriu o mais profundo abismo de seu coração paterno e de seu amor totalmente inexprimível. Pois ele nos criou exatamente para nos remir e santificar, e, além de nos dar e conceder tudo que há no céu e na terra, ainda nos deu o seu Filho e o Espírito Santo, a fim de, por meio deles, levar-nos para junto de si. Pois, conforme explicado acima, jamais poderíamos chegar a conhecer o favor e a graça do Pai, a não ser por meio de Cristo Senhor, que é espelho do coração paterno. Sem ele, nada vemos senão um juiz encolerizado e terrível. Mas também de Cristo nada poderíamos saber se não tivesse sido revelado pelo Espírito Santo (CM II.63-64).

Assim, para Lutero, a confissão do Credo é mais que um resumo doutrinário: é um testemunho vivo da ação contínua do Deus Triúno. O Pai cria e preserva, o Filho redime, e o Espírito santifica – não em momentos isolados, mas em um agir constante, que flui do amor eterno de Deus e se manifesta na história da salvação. É nessa comunhão de obras que o cristão aprende a reconhecer não apenas o poder divino,

mas o coração paterno de Deus, revelado em Cristo e dado a conhecer pelo Espírito Santo.<sup>17</sup>

Pless (2022, p.333) observa que confessar Deus como Pai Todo-Poderoso e Criador é também confessar a nossa identidade como filhos de Deus em Cristo. Essa filiação nos dá ousadia e confiança na oração, como Paulo descreve em Efésios 3.14-21, quando afirma que dobra os joelhos perante o Pai “de quem toda a família nos céus e na terra recebe o seu nome”. O movimento, como lembra Pless, não parte da paternidade humana para a compreensão de Deus, mas do contrário: é a realidade de Deus como Pai que ilumina e redefine toda paternidade humana.

Enquanto a paternidade humana é falha, instável e incapaz de guardar perfeitamente seus filhos, o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo é constante em misericórdia, imutável em graça, fiel em todos os seus caminhos (cf. Tg 1.16-18). Por isso, quando as Escrituras chamam Deus de Pai, não fazem apenas uma declaração sobre a primeira pessoa da Trindade em isolamento, mas sobre a relação trinitária inteira: é o Filho quem nos revela que Deus é Pai por nós, e é o Espírito quem confirma essa filiação e nos conduz à oração confiante.

Para Lutero, essa confissão de Deus como Criador e Pai conduz a uma avaliação crítica da pretensão humana de autossuficiência. Em polêmica com Erasmo de Roterdã, Lutero rejeita a ideia de que o ser humano possa apropriar-se de atributos divinos ou tornar-se senhor de sua própria vida. No Catecismo Maior, ele recorda que a fé nesse artigo deveria humilhar-nos profundamente:

Porque, se o crêssemos de coração, também agiríamos de acordo, e não andaríamos por aí tão orgulhosos, em atitude desafiadora, e não nos gabaríamos, como se tivéssemos de nós mesmos a vida, a riqueza, o poder, a honra etc., fazendo com que se tivesse de temer e

---

17 Charles Arand sugere cinco movimentos para descrever a história da criação a partir do Credo: “O primeiro movimento engloba a *creatio originalis*. Refere-se à criação como ela existia em sua condição primitiva antes da queda. O segundo é a *creatio continua*. Refere-se à atividade criativa contínua de Deus de preservar o mundo. O terceiro ato é a *creatio libera*. Ele se concentra na libertação da criação em Cristo. É o ponto central da história. O quarto ato, *creatio renovat*, lida com a renovação da criação (a santificação é um ato contínuo de criação), ao mesmo tempo em que aguarda o ato final, a *creatio nova* (nova criação). A história de Deus, então, é, em última análise, a história de sua criação. A criação não é simplesmente o prólogo da história. Ela é a essência da história!” (Arand, 2020, p. 57).

servir a nós. É assim que procede o infeliz e pervertido mundo, que está afogado em sua cegueira e faz mau uso de todos os bens e dons de Deus unicamente para a sua soberba, avareza, prazer e diversão, sem atentar uma única vez sequer em Deus, para agradecer-lhe e reconhecê-lo como Senhor e Criador. Portanto, este artigo nos humilharia e causaria espanto em todos nós, se o crêssemos. Porque diariamente pecamos com os olhos, ouvidos, mãos, corpo e alma, dinheiro e bens, e com tudo o que temos. Especialmente aqueles que, além disso, ainda lutam contra a palavra de Deus. Os cristãos, contudo, têm a vantagem de se reconhecerem obrigados a servir a Deus e lhe obedecer por isso (CM II.21-22).

Assim, o Primeiro Artigo do Credo não apenas confessa a obra criadora de Deus, mas confronta nossa rebeldia contra ele e nos chama a viver como criaturas que reconhecem, agradecem e obedecem ao seu Criador. Nessa perspectiva, a confissão de Deus como Pai Todo-Poderoso une humildade e confiança: humildade por sabermos que tudo recebemos dele; confiança por sabermos que ele, como Pai fiel, sustenta nossa vida agora e na eternidade.

Na análise da articulação da *creatio ex nihilo*, Weinrich observa que essa expressão não apenas afirma que Deus cria a partir do nada, mas também esclarece o que significa ser criatura em relação ao Criador. Em primeiro lugar, a existência da criatura é intencional e dotada de sentido, pois sua origem está na vontade soberana de Deus. Isso implica que toda criatura depende inteiramente de algo fora de si mesma para existir: não é autossuficiente, mas transitória e contingente. Sem o sustento contínuo de Deus, toda criatura deixaria de existir.

Em segundo lugar, se a existência é dom gratuito, então nada na criação é digno da adoração ou fidelidade absolutas do ser humano. A confissão da criação fundamenta a oposição bíblica a todas as formas de idolatria, sejam religiosas ou seculares. Em terceiro lugar, porque Deus é a fonte de tudo o que existe, nenhuma criatura é intrinsecamente má. Todas as coisas podem ser usadas para o bem ou, por causa do pecado, para o mal. Essa visão liberta o ser humano de qualquer escravidão às coisas criadas e estabelece a convicção de que nenhum mal está fora do alcance do arrependimento e do perdão (Weinrich, 1995, p. 39).<sup>18</sup>

---

18 Oswald Bayer (BAYER, Oswald. *A Teologia de Martim Lutero*. Uma atualização. São Leopoldo: Sinodal, 2007), a partir da página 69, conecta a *creatio ex nihilo* à argumentação da justificação.

No entanto, qualquer tentativa de divinizar o ser humano, sem referência à revelação de Deus na cruz – tal como confessada no Segundo Artigo –, distorce a bondade original da criação. Embora Deus tenha declarado que sua criação era “muito boa” (Gn 1.31), o pecado humano a contaminou, transformando bênção em maldição. Aqui, a linguagem econômica da teologia luterana é essencial: o agir histórico do Filho e do Espírito Santo visa restaurar a primeira criação, não a substituir, conduzindo-a à plenitude para a qual foi originalmente formada (Arand, 2024, p. 235).

Por isso, ao concluir sua exposição do Primeiro Artigo, Lutero nos coloca na posição de mordomos da criação. O ser humano, criado à imagem de Deus, é chamado a exercer senhorio responsável sobre todas as criaturas recebidas como dom.

Por essa razão, devemos exercitar-nos diariamente neste artigo, incuti-lo em nossa mente, e, em tudo o que se apresenta diante dos nossos olhos e no que de bom nos acontece, bem como nos casos em que saímos de necessidades ou perigos, cumpre que nos lembremos que é Deus quem nos dá e faz tudo isso, a fim de sentirmos e vermos nisso seu coração paterno e seu imenso amor para conosco. Isto aqueceria o coração e o estimularia a ser grato e a fazer uso de todos esses bens para honra e louvor de Deus. Assim, temos, da forma mais breve possível, o significado deste artigo. Isto é tudo o que as pessoas simples precisam aprender, num primeiro momento: o que temos e recebemos de Deus e o que lhe devemos por isso. Este é um conhecimento grande e excelente, embora seja bem mais do que isso: é um grande tesouro. Pois aqui vemos como o Pai se deu a nós, juntamente com todas as criaturas, e como nos provê da maneira mais rica nesta vida, além de derramar sobre nós ainda bens indescritíveis e eternos por meio de seu Filho e de seu Espírito Santo, conforme ouviremos (CM II.23-24).

Essa perspectiva está em plena harmonia com o que Lutero já havia afirmado ao explicar o Primeiro Mandamento: as criaturas são “as mãos, canais e meios pelos quais Deus concede todas as bênçãos” (CM I.26). Assim, a confissão da criação, iluminada pelo evangelho, nos conduz à humildade diante de Deus, à gratidão por seus dons e ao serviço fiel como administradores daquilo que ele nos confiou.

Assim como Lutero expressa no Catecismo Menor, o cristão, como mordomo das dádivas de Deus, reconhece que “por tudo isso devo dar-lhe graças e louvor, servi-lo e obedecer-lhe” (Cm II.2). A gratidão e o louvor não são apenas gestos de agrado religioso, mas expressões de dependência e confiança: confessam que tudo o que temos e somos vem de Deus e que desejamos permanecer em comunhão com ele, confiando-lhe todas as nossas necessidades. Essa postura de fé permanece mesmo diante das experiências contrárias à vontade de Deus revelada para o nosso bem, conforme confessamos no Primeiro Artigo do Credo.<sup>19</sup>

Em contraste com a idolatria, que desloca a confiança para o que não é Deus, Lutero encerra sua exposição do Primeiro Mandamento com uma advertência e uma orientação prática:

Portanto, aprendamos bem o primeiro mandamento, a fim de que vejamos isto: Deus não quer tolerar nenhuma presunção e nenhuma confiança em qualquer outra coisa, e não exige de nós coisa maior do que uma confiança inabalável que dele espera todo o bem. Assim estaremos no caminho certo e seguiremos adiante, fazendo uso de todos os bens que Deus nos dá exatamente como o sapateiro faz uso de agulha, sovela e fio para o trabalho, pondo-os de lado em seguida, ou como o hóspede se vale de hospedaria, alimentação e cama apenas para necessidade temporária. Que cada um viva em seu estamento segundo a ordem de Deus, e não permita que nada se torne seu senhor ou ídolo (CM I.47).

Assim, a mordomia cristã que Lutero descreve não é mera administração eficiente de recursos, mas uma expressão viva de fé, que recebe todos os bens de Deus com gratidão, faz uso deles segundo a sua ordem

---

19 Charles Arand sugere: “Foi sugerido que pensemos em nossa mordomia da criação como um ato de cuidado que pode ser considerado análogo ao nosso cuidado com os doentes, os que sofrem e os que estão morrendo. Ou seja, é primeiramente ‘um ato de cuidado que afirma o valor da vida mesmo diante do fim inevitável dessa vida’. Em segundo lugar, tal cuidado é ‘um ato divino de rebeldia contra a realidade da morte’. Finalmente, nosso cuidado com a criação ‘renuncia ao controle sobre os resultados’. Fazemos isso porque é a coisa certa a fazer. Essa abordagem evita tanto um otimismo utópico quanto uma ansiedade distópica, mantendo nossa esperança centrada no dia em que Cristo renovar toda a Sua criação” (Arand, 2022b, p. 349).

e jamais os transforma em ídolos. É viver no mundo como peregrinos que dependem inteiramente do Criador, Redentor e Santificador, fazendo uso das suas dádivas para o serviço e louvor do seu nome.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAND, Charles P.; NESTINGEN, James A.; KOLB, Robert. *The Lutheran Confessions: History and Theology of the Book of Concord*. Minneapolis, MN: Fortress Press, 2012.
- ARAND, Charles P. Our Stewardship of Creation. In: *Luther's Large Catechism with Annotations and Contemporary Applications*. PLESS, John T. e VOGEL, Larry M. (orgs.). St. Louis, MO: Concordia Publishing House, 2022.
- \_\_\_\_\_. Apostles' Creed Article I: Introduced and Annotated. In: *Luther's Large Catechism with Annotations and Contemporary Applications*. PLESS, John T. e VOGEL, Larry M. (orgs.). St. Louis, MO: Concordia Publishing House, 2022.
- \_\_\_\_\_. *That I May Be His Own*: An Overview of Luther's Catechisms. St. Louis: Concordia Academic Press, 2000.
- \_\_\_\_\_. I am God's Creature! Luther's Confession of First Article of the Creed. In: ARAND, Charles, HERMANN, Erik, and MATTSON, Daniel (eds.). *From Wittenberg to the World. Essay on the Reformation and Its Legacy in Honor of Robert Kolb*, p. 229-248. Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 2018.
- \_\_\_\_\_. "Back to the Beginning: Creation Shapes the Entire Story". *Concordia Journal*, v. 40, n. 2, p. 132-47, 2014.
- \_\_\_\_\_. Confessing the Trinitarian Creed. *Concordia Theological Quarterly*, v. 67, n. 3/4, July/October 2003.
- \_\_\_\_\_. De volta ao princípio – a Criação molda a história inteira. *Igreja Luterana*, v. 85, n. 1, p. 203-214, 2024.
- \_\_\_\_\_. God's World of Daily Wonders. *Concordia Journal*, Spring 2020.
- \_\_\_\_\_. He walks with me ad talks with me...: Today's New "Creed". *Concordia Journal*, p. 370-377, October 1996.
- \_\_\_\_\_. Is Justification Really Enough? *Concordia Journal*, Summer 2013.

- \_\_\_\_\_. Luther on the Creed. *Lutheran Quarterly*, v. XX, p. 15-19, 2006.
- \_\_\_\_\_. Luther on the God behind the First Commandment. *Lutheran Quarterly*, p. 397-424, Winter 1994.
- \_\_\_\_\_. O Clamor de Batalha da fé: exposição do Pai-Nosso nos Catecismos. *Igreja Luterana*, v. 65, n. 2, p. 31-56, novembro 2006.
- BAYER, Oswald. *A Teologia de Martim Lutero*. Uma atualização. São Leopoldo: Sinodal, 2007.
- BECKWITH, Carl L. *A Trindade Santa*. Fort Wayne: Luther Academy, 2025.
- CORZINE, Jacob. Apostles' Creed Article II: Introduced and Annotated. In: *Luther's Large Catechism with Annotations and Contemporary Applications*. PLESS, John T. e VOGEL, Larry M. (orgs.). St. Louis, MO: Concordia Publishing House, 2022.
- LIVRO DE CONCÓRDIA: *as confissões da Igreja Evangélica Luterana*. Credo Atanasiano. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2021.
- ENGELBRECHT, Edward. *One True God*. Understanding Large Catechism II.66. Saint Louis: Concordia, 2007.
- GREGERSEN, Niels Henrik. Grace in Nature and History: Luther's Doctrine of Creation Revisited. *Dialog: A Journal of Theology*, v. 44, n. 1, Spring 2005.
- KALME, Guntis Kalme. Exploring Luther's 'for me' kind of Creed. In: ARAND, Charles, HERMANN, Erik, and MATTSON, Daniel (eds.). *From Wittenberg to the World. Essay on the Reformation and Its Legacy in Honor of Robert Kolb*. Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 2018.
- KOLB, Robert. *Teaching God's Children His Teaching*. Hutchinson, Minn.: Crown Publishing, 1992.
- LOHSE, Bernhard. *Martin Luther's Theology*. Minneapolis: Fortress Press, 1999.
- LUTERO, Martinho. Comentário à Epístola aos Gálatas. In: *Obras Selecionadas*, v. 10. Comissão Interluterana de Literatura (CIL). São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2008.
- LUTHER, Martin. Lectures on Genesis. *Luther's Works* 8. Saint Louis: Concordia, 1966.
- NAFZGER, Samuel H. et al. (orgs.). *Confessing the Gospel: A Lutheran Approach to Systematic Theology*, v. 1 e 2. Saint Louis, MO: Concordia Publishing House, 2017.

PLESS, John T. I Believe in God the Father. In: *Luther's Large Catechism with Annotations and Contemporary Applications*. PLESS, John T. e VOGEL, Larry M. (orgs.). St. Louis, MO: Concordia Publishing House, 2022.

PREUS, Robert D. *The theology of post-Reformation Lutheranism*, v. 1. St. Louis: Concordia Publishing House, 1999.

RAHNER, Karl Rahner. *The Trinity*. Trad. Joseph Donceel. New York: Crossroad, 1997.

ROBINSON, Paul W. Luther's Explanation of Daily Bread in Light of Medieval Preaching. *Lutheran Quarterly*, v. 13, p.435-447, 1999.

SASSE, Hermann Sasse. Tradition and Confession: A Response to Jaroslav Pelikan. *Lutheran World*, v. 4, n. 1, June 1957.

SCHUMACHER, William W. *Who do I say that you are?* Antropology and the Theology of Theosis in the Finnish School of Tuomo Mannermaa. Eugene: Wipf & Stock, 2010.

SCHWÖBEL, Christoph. The Trinity. *The Oxford Encyclopedia of Martin Luther*. NELSON, Derek R. and HINLICKY, Paul R. (eds.). Oxford: Oxford University Press, v. 3, p.416-38, 2017.

SERINA Jr., Richard J. God as Creator. In: *Luther's Large Catechism with Annotations and Contemporary Applications*. PLESS, John T. e VOGEL, Larry M. (orgs.). St. Louis, MO: Concordia Publishing House, 2022.

SILCOCK, Jeffrey G. Luther on the Holy Spirit and His Use of God's Word. In: *The Oxford Handbook of Martin Luther's Theology*. KOLB, Robert et al. (orgs.). Oxford Handbooks. Oxford; New York: Oxford University Press, 2014.

WEINRICH, William C. Creation ex Nihilo: The Way of God. *Logia*, v. IV, n. 2. p. 37-42, Eastertide/April 1995.

\_\_\_\_\_. Father, Son, and Spirit is God: What is the point? *Concordia Theological Quarterly*, v.75, p. 27-42, 2011.

\_\_\_\_\_. The Spirit of Holiness: The Holiness of Man. *Concordia Theological Quarterly*, v. 70, p. 253-268, 2006.

WINGREN, Gustaf. “The Doctrine of Creation: Not an Appendix but the First Article”. *Word and World*, v. 4, n. 4, p. 353-79, 1984.

ZIEGLER, Roland. Luther and the Sacramentarians: a necessary division? In: MAXFIELD, John A. (ed.). *Defending Luther's Reformation*. Its ongoing significance in the Face of Contemporary Challenges. Saint Louis; Concordia, 2017. p. 217-250.